



RAÍZES DE LUTA

A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO
JOÃO BATISTA II

ORGANIZAÇÃO:

Marina Ramos Neves de Castro
Fábio Fonseca de Castro
Christian Maciel Reis
William Costa da Silva



RAÍZES DE LUTA

A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO
JOÃO BATISTA II

ORGANIZAÇÃO

Marina Ramos de Neves Castro

Fábio Fonseca de Castro

Christian Maciel Reis

William Costa da Silva



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitor: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Char Bahia

Editora do NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente – Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente – Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

PRODUÇÃO DA OBRA

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia

Coordenação: Luiz Cesar Silva dos Santos

Vice-coordenação: Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Comissão Acadêmica

Angela Cabral – Assentamento João Batista II

Fábio Fonseca de Castro – Universidade Federal do Pará

Jax Nildo Pinto Aragão – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Luís Carlos Freitas Rodrigues – Universidade Federal Rural da Amazônia

Maria Maia Fernandes – Assentamento João Batista II

Marina Ramos de Neves Castro – Universidade Federal do Pará

Maurício Ribeiro da Silva – Universidade Paulista

Norval Baitello Júnior – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Primo – Assentamento João Batista II

Pedro Neves de Castro – Universidade Federal do Pará

Sandra do Socorro de Souza Oliveira – Assentamento João Batista II

Sílvia Emanuelle Santos Almeida – Assentamento João Batista II

Comissão Editorial

Marina Ramos de Neves Castro – Universidade Federal do Pará

Fábio Fonseca de Castro – Universidade Federal do Pará

Christian Maciel Reis – Universidade Federal do Pará

William Costa da Silva – Universidade Federal do Pará

Comissão de Produção

Amanda Lourrandra Gama de Castro – Faculdade de Comunicação, UFPA

Ana Beatriz da Silva Souza – PIBIC Ensino Médio, UFPA

Ana Vitória Monteiro Gouvêa – Faculdade de Comunicação, UFPA

Bianca Batista Virgolino – Faculdade de Comunicação, UFPA

Bruno Roberto F. C. Alves de Campos – Faculdade de Comunicação, UFPA

Carlos Renan Pinheiro Lima – Faculdade de Comunicação, UFPA

Christian Maciel Reis – PPG Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA

Gabriela Cardoso – Faculdade de Comunicação, UFPA

Jhonatan Nascimento Reis – PIBIC Ensino Médio, UFPA
Leandra Souza – Faculdade de Comunicação, UFPA
Maria Maia Fernandes – Faculdade de Comunicação, UFPA
Marcelo Dias – Faculdade de Comunicação, UFPA
Marina Ramos de Neves Castro – PPG Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA
Matheus da Costa Silva – PIBIC Ensino Médio, UFPA
Marta Cristina Ferreira da Silva – PIBIC Ensino Médio, UFPA
Maycon Douglas Almeida Cantanhede – Faculdade de Comunicação, UFPA
Nina Dacier Lobato – Faculdade de Comunicação, UFPA
Ronald Souza da Silva – Faculdade de Comunicação, UFPA
William Costa da Silva – Faculdade de Comunicação, UFPA

Organização

Marina Ramos de Neves Castro – Universidade Federal do Pará
Fábio Fonseca de Castro – Universidade Federal do Pará
Christian Maciel Reis – Universidade Federal do Pará
William Costa da Silva – Universidade Federal do Pará

RAÍZES DE LUTA

A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO
JOÃO BATISTA II

BELÉM/NAEA
2024

Texto revisado conforme as regras do Novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Diagramação

Lucas dos Anjos Vieira

Criação da Capa

Lucas dos Anjos Vieira
Marina Ramos Neves de Castro

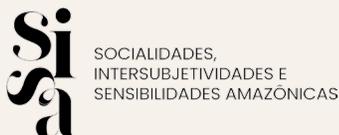
Fotos

Christian Maciel Reis

Revisão

Fábio Fonseca de Castro
Luís Carlos Freitas Rodrigues
Marina Ramos Neves de Castro
Christian Maciel Reis
William Costa da Silva

Realização do Grupo de Pesquisa



Apoio Financeiro



O presente livro foi realizado com apoio do PROEX, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio do PPGDSTU.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Biblioteca do NAEA/UFGA-Belem-PA

R161 Raízes de luta [recurso eletrônico]: a história do assentamento do MST João Batista II / Organização: Marina Ramos Neves de Castro ... [et al.]. — Belém: NAEA, 2024.
1 recurso online (204 p.)

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>
Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-240-6

1. Assentamento João Batista II (Castanhal, PA). 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 3. Trabalhadores rurais – Educação – Pará. 3. Trabalhadores rurais – Pará – Condições sociais. I. Castro, Marina Ramos Neves de, org.

CDD 23. ed. – 305.563098115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

SUMÁRIO

- 15** **Apresentação**
Fábio Fonseca de Castro e Marina Ramos Neves de Castro
- 23** **História do assentamento João Batista II**
Áurea Conceição Maia, Christian Maciel, Maria Fernandes, Marina de Castro e Miriam do Monte
- 33** **Igor e Betim: um dia antes, um dia a mais**
Christian Maciel e Igor Silva
- 39** **A dinâmica na ocupação**
Áurea Conceição Maia, Christian Maciel, Maria Fernandes, Marina de Castro e Miriam do Monte
- 43** **Vida e organização no Assentamento João Batista II**
- 57** **O MST e sua revolução em benefício de todos**
Áurea Conceição Maia, Christian Maciel, Fábio Castro, Maria Fernandes Marina de Castro e Miriam do Monte
- 61** **A infância e juventude no Assentamento**
Ana Beatriz Souza, Cristian Maciel, Leandra Souza, Marina de Castro e Marta Cristina da Silva
- 75** **Projeto Boi Resistência: Valorizando a cultura e a luta do povo do campo no Assentamento João Batista II**
Paula Primo, Christian Maciel e Marina de Castro
- 85** **Projeto Casa Colmeia**
Christian Maciel, Emanuelle Almeida e Marina de Castro

- 89** **Alvorada do dia 15 de novembro**
Christian Maciel, Emanuelle Almeida, Maria Fernandes e Marina de Castro
- 95** **A mamorrilha: Símbolo de luta e resistência no Assentamento João Batista II**
Áurea Maria, Christian Maciel e Marina Castro
- 101** **Educação em movimento: as histórias cruzadas no Assentamento João Batista II**
Ângela Cabral, Christian Maciel, Emmanuelle e Marina de Castro
- 111** **Notas sobre dona Miriam**
Christian Maciel, Marina de Castro e Miriam do Monte
- 117** **Notas sobre dona Chermont: a cozinheira do "feijão bala"**
Christian Maciel
- 119** **Notas sobre dona Áurea**
Áurea Maria, Christian Maciel e Marina de Castro
- 123** **As associações presentes no Assentamento**
Sandra Oliveira, Christian Maciel e Marina de Castro
- 131** **MEMÓRIAS EM PAPEL: A pasta vermelha do Assentamento João Batista II**
Christian Maciel e Sandra Oliveira
- 135** **relatos de um lugar não tão distante**
Christian Maciel e Sandra Oliveira
- 171** **Memórias partilhadas: A importância da história e dos registros para os Assentados**
Entrevista com sr. Igor, Sr. Antônio Maria de Lisboa, Sr. Aldevais e Sr. Jorge Souza

- 169** **O Assentamento João Batista II e a pesquisa científica**
Fábio Fonseca de Castro e Marina Ramos Neves de Castro
- 177** **As músicas cantadas no Assentamento no
dia 15 de novembro, na Alvorada!**
- 199** **Referências sobre o assentamento João Batista II**

Agradecimentos

Aqui segue nosso mais profundo agradecimento a cada lutador e lutadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao resistirem às forças sociais, econômicas e políticas convencionais que se recusam a partilhar a terra, nos ensinam como podemos construir um mundo melhor. Sua luta nos inspira a repensar as estruturas injustas que perpetuam desigualdades, mostrando que a mudança começa com pequenos atos de coragem e solidariedade. É através de suas resistências que novos caminhos se abrem para a justiça, a equidade e a dignidade para todos, nos convidando a participar desse movimento transformador.

São eles, Adevais Domingo de Oliveira, Ayla Thayanna Lobo Beckman, Geovane Ferreira dos Santos; Alexandre de Oliveira, Leci Borcem de Oliveira, Alonso Pinto Cardoso; Antônia Eliane Nascimento Barros; José Wellington de Araújo Morais; Antônia Venâncio Ferreira de Sousa; Ademar Costa de Lima; Antônio Hélio Maia de Morais; Valdineoa

Lima de Moraes; Antônio Maria Lisboa de Jesus; Maria Iracy DAVIS; Antonio Neto da Silva; Antônio Nonato Nascimento Barros; Antônio RAMOS Ferreira da Silva; Araceli do Socorro Pestana Guedes; Carlos Alberto dos Reis Cavalcante Guedes; Araci Chermont Gonçalves; Arlene de Alencar Leite (Granja, ovos e suínos); Arnaldo Barbosa da Cunha; Áurea Conceição Maia e seu Cristiano (Seu Batata) e filhos (mandioca, muruci, laranja, limão, açaí, cupuaçu, cacau, café); Benedito Amâncio Cabral; Cleidiane Bezerra dos Santos; Cleyton Alves Rodrigues; Davidson Will Santos Almeida; Deusilene Santos da Silva; Dulcirene Pereira Santos; Edelmare dos Santos Freitas; Edmilson Maia; Edna da Conceição Sousa; Francisco Ariston Granja Diógenes; Eliana da Silva; Fábio Augusto do Monte Ferreira; Aguiar (Leite de gado, pimenta do reino, açaí, abóbora, pupunha, laranja, coco); Carlos Neto da Silva; Francisca Rodrigues da Silva, João Chagas Duarte; Francisca Teixeira de Mesquita; Fredson Ferreira da Silva; Geissiane Vieira Dias, Benedito Francisco da Silva; Ideroldo Luiz Gomes de Oliveira; Igor da Silva; Ildo Marques de Sousa; Inaldo Gomes Lima; Izabel Ferreira da Silva; Janaína Gomes da Silva; Jerônimo Dias Barros; Jocelina Maciel Cabral, Sales Ferreira Davi; Joilson da Cunha Nazaré; Jorge Luiz da Cunha Nazaré; José de Souza Moraes, Neuzarina de Araújo Moraes; José Elido Nascimento Barros; José Fernando Soares Santiago, Karime Argentina Duarte Ramires; Josefa Regina Neto da Silva, Sebastião Cardoso da Silva; Josenias Sampaio dos Santos; Jucelino dos Santos Borges, Maurice Chagas da Silva (Hortaliças, Mandioca, Muruci); Juvenal Aguiar Portela, Maria de Almeida do Espírito Santo; Lícia Cristina Forte Viana, Raimundo Almeida de Aguiar; Lucia da Silva Ferreira; Luiz Carlos Nazaré; Manoel de Jesus Silva; Manoel Messias de Sousa Araújo, Rosângela Maria Maia de Moraes Manoel Raimundo de Sousa Baia, Sonia Maria Fonseca Pereira; Margarida Neto da Silva; Maria Adriana dos Santos Lino; Maria da Conceição Barroso da Silva; Maria das Graças Pereira da Costa, Francisco de Assis Barbosa da Costa; Maria das Graças Pessoa de Araújo; Maria de Fátima da Silva Melo; Maria de Nazaré da Silva Ribeiro; Maria do Socorro Lopes Monteiro; Maria do Socorro Nascimento Barros; Maria Doraci Leal Costa; Maria Dulcineide

Conceição Nascimento; Maria Izabel Araújo Leal; Maria Ivanete Souza Araujo, Carlos Neto da Silva; Maria José Batista Pereira, Isael Miranda dos Santos; Maria José Maia; Maria Nazaré Sousa Araújo, Pedro Paulo Gomes dos Santos; Maria Necy do Nascimento; Maria Reginalda Cordeiro Barbosa, Fabiano da Silva; Marionaldo Pantoja Ferreira; Marly de Araújo Negrão, Regivan dos Santos Neves; Miguel Gomes das Neves, Maria das Graça dos Santos Neves; Miriam Siqueira do Monte (mel, peixe, porco, frango e ovos); Moisés Moreira Palheta, Maria Marta Silva Gomes Moreira; Natalina do Socorro Lopes dos Santos; Oneide Santos da Cunha; Paula Francinete Santiago Primo, Carlos da Silva Duarte; Rafael Pinto, Raimunda Ferreira Marques; Raimunda Leonilde dos Santos Rozário, Francisco Pereira dos Santos; Raimunda Nonata Dantas Guimarães, Wellington Leônidas Cavalcante Guimarães; Raimundo Alberto Rufino de Sousa; Raimundo Lima de Almeida Braga; Raimundo Rodrigues Aguiar, Puluquera Francisca Almeida de Aguiar; Raquel Monteiro dos Santos, Zedequias Galvão da Silva; Reginaldo dos Santos Neves; Reginalva dos Santos Neves; Rito Inácio de Araújo; Rosângela Neves Rodrigues; Roseane Almeida Aguiar, Auricélio Santana dos Reis; Rosiene dos Santos Neves; Roziete dos Santos Neves; Sandra do Socorro de Souza Oliveira, Genivaldo Magalhães de Almeida; Sônia Regina Sousa Fernandes; Jailson Cardoso Fernandes, Soraya Viana Almeida; Sueli Cardoso Fernandes; Tomé de Oliveira.

Estendemos nossos sinceros agradecimentos a todas, todos e todes que, diariamente, constroem e fortalecem a luta no MST, contribuindo para a consolidação desse movimento democrático. O MST nos ensina a viver de maneira mais justa e solidária, respeitando a natureza e valorizando a vida em todas as suas formas no planeta Terra.

Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

*Vêm, teçamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sobre a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra com irmãos!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Braço Erguido, ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos está pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte*

*Construída pelo poder popular
Nossa força resgatada pela chama
Da esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre, operária, camponesa
Nossa estrela enfim triunfará!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular*

Por Ademar Bogo¹

¹ Ademar Bogo, um dos fundadores e importantes intelectuais do MST. A letra do hino reflete os ideais de luta, resistência e esperança do movimento, destacando a importância da união dos trabalhadores rurais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A música é um símbolo da identidade e da luta do MST pela reforma agrária e pela transformação social.

APRESENTAÇÃO

UMA VISITA... MUITAS REFLEXÕES

Por

Fábio Fonseca de Castro

Marina Ramos Neves de Castro

Figura 1: Recepção da turma Estudo de Temas Contemporâneos (FACOM-UFPA) na Escola Roberto Remigi no Assentamento João Batista II.



Fonte: Maycon Cantanhede, discente da Facom, em 6 junho 2023.

Este livro constitui um texto polifônico. Seu objetivo é ressoar, dialogicamente, vozes do Assentamento João Batista II, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado no município de Castanhal, Pará, em seu diálogo como SISA, Grupo de Pesquisa sobre Sociabilidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas, que integra pesquisadores dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e em Comunicação, Cultura e Amazônia

(PPGCOM), vinculados, respectivamente, aos Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e ao Instituto de Letras e Comunicação (ILC), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O texto, como se verá, foi escrito coletivamente, por mãos que lidam na terra e por mãos que lidam com a pesquisa de campo. Em termos hábeis, tudo é terra e tudo é campo.

Essas mãos incluem dezesseis alunos de graduação da Faculdade de Comunicação da UFPA, uma delas orientanda de TCC, uma

das quais orientanda de Iniciação Científica, orientandos de Iniciação Científica de Ensino Médio (todos eles habitantes do Assentamento), um orientando de mestrado e um de doutorado, além de professores-orientadores, é claro.

Mas essas mãos incluem, sobretudo, as pessoas que habitam e existem no referido Assentamento, conformando uma polifonia complexa e interseccional. O sentimento de dignidade e orgulho, em relação à história de lutas e conquistas coletivas, por exemplo, conforma uma lógica textual, uma lógica narrativa, que é sem parâmetros para o convencional distanciamento da prosódia e do ethos narrador do texto acadêmico. Isso porque este livro não pretende se constituir como resultado de pesquisa científica, mas, sim, como resultado do diálogo entre alteridades e entre experiências concomitantes de extensão, ensino e pesquisa. E tudo isso, com uma dinâmica e uma disposição interdisciplinar.

Buscamos contar a história do Assentamento João Batista II juntamente com as pessoas que fizeram

essa história. Em paralelo, iniciamos uma reflexão sobre o que significa pesquisa interdisciplinar, ensino, orientação e, sobretudo, extensão.

Na verdade, partimos da extensão, como se verá. Não se trata de um texto que discute resultados de pesquisa, mas de uma experiência de escrita coletiva entre pesquisadores e interlocutores.

De fato, muitas reflexões emergem da experiência de diálogo com as pessoas que fazem o Assentamento João Batista II. A principal, no caso da academia, quando a academia busca aprender com os movimentos sociais, é que a ação universitária é necessariamente integral. Ensino, pesquisa e extensão convergem – ou devem convergir – na direção de construir, coletivamente, ou seja, dispensando sua pretensa voz de autoridade, mundos e interpretações. Dessa maneira, nesse processo, este livro surge de uma atividade de extensão e caminha em direção ao ensino e à pesquisa de maneira intrínseca ao aprendizado e ao compreender o mundo do outro. Não é senão com disposição

interdisciplinar e com abertura para o encontro com a alteridade, que este livro foi produzido. Em todas as suas etapas buscamos construir uma compreensão da ação universitária como encontro e escuta de saberes, evitando pensar a academia como uma instituição que “traz”, “oferta”, saberes, mas, sim, como uma instituição sensível, de escuta, aberta ao encontro e ao acolhimento do outro.

Por estes motivos - aqui falando como grupo de pesquisa, o SISA - podemos dizer que nossa atuação, ao encontrar comunidades amazônicas, não se limita a ações pontuais, isoladas ou definitivas, sejam elas de pesquisa, ensino ou extensão, mas, sim, a procedimento híbridos e interdisciplinares. São ações que cotejam a realidade, abertas de modo radical para a escuta, ações que são-juntos, estão, fazem-parte, são-aí, procurando convergir na direção participativa da extensão e do aprendizado. Estamos no campo todos os dias, trazemos o campo para a sala de aula, sempre na esperança de romper com as visões de mundo convencionais.

Ademais, uma visita, ou muitas, a um assentamento do MST é um processo de construir instrumentos metodológicos e promover vivências a partir dos fazeres e saberes referenciados por interlocutores que estão no mundo-da-vida que é nossa matéria-prima de trabalho, pois, por meio de suas compreensões, podemos construir entendimentos sobre a realidade e seus desafios.

O ensino tende a seguir a dinâmica da prática profissional, caracterizada pela agilidade e velocidade, o que exige uma visão generalista do objeto pesquisado. Trata-se de uma cultura pautada pelo resumo, pela síntese e pela objetividade factual. Embora essa seja uma realidade prática, é igualmente importante lembrar que o tempo pode ser utilizado de forma variada para compreendermos uma realidade. São lições que podem trazer, levar, ao saber-fazer por meio do qual ensino, pesquisa e extensão confluem para um aprendizado total, conseqüente e contextual. Em nossa pesquisa em comunicação, buscamos criar alternativas

para que o conhecimento não seja abreviado, sintético ou objetivado; mas que permita um olhar mais aprofundado e duradouro.

Ao falar sobre isso lembramos, imediatamente, a conhecida fórmula de Canclini quando diz “o antropólogo chega à cidade a pé, o sociólogo de carro e o comunicólogo de avião”, ou seja, o conhecimento de um lugar, de uma sociedade, de uma comunidade, de um tema, de um processo social, pode fazer uso de diferentes “velocidades” para ser produzido. E que tal se o comunicólogo ou o jornalista experimentassem, de vez em quando, uma velocidade lenta? Um tempo lento? Dessa maneira, ao levarmos nossos alunos de graduação para conhecerem o Assentamento João Batista II, fomos de ônibus, conversando, olhando e atravessando estradas de piçarras, lamas e matagal. Por vezes, tivemos que

atravessar a pé, e outra, ainda, empurrando o ônibus, que, máquina pesada, atolara na lama, no meio do caminho..

Figura 2: 26º aniversário do Assentamento JBII.



Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 16 nov. 2024.

Viajar com os alunos proporcionou uma experiência diferente: a ruptura das assimetrias presentes no cotidiano da sala de aula. Compartilhar a expectativa da viagem, as refeições, a casa onde se dorme, o banho no igarapé, ou o esforço coletivo para desatolar o ônibus, quando isso ocorreu, possibilitou uma proximidade que poderia ser mais natural e estar presente no cotidiano da sala de aula, se não fosse pela estrutura rígida do sistema de ensino ao qual

nos acostumamos, marcado por mecanismos de poder que reforçam essa assimetria nas relações entre docentes e discentes: horários fixos, conteúdos predeterminados, controle de frequência e avaliações.

Tudo isso é lento, interativo e fatigante, especialmente para aqueles que estão acostumados a múltiplas dinâmicas informacionais extremamente ágeis, geralmente presentes em contextos urbanos. O próprio sentido de luta social no campo, dentro da dinâmica do MST, nem sempre é compreensível para quem também trava sua luta social, mas em um ambiente urbano.

Na verdade, pensamos que é muito importante que todos compreendam o sentido do tempo lento da vida e do trabalho rural. Nossos alimentos são produzidos com necessária e saudável lentidão – apesar de, algumas vezes, serem consumidos com impressionante rapidez...

Conhecer o tempo do campo é como aprender a respirar fundo; e lentamente. Comunicar também pode significar parar, respirar

Figura 3: José, Derrick e Ricardo, Sem-terrinhos, voltando da escola Roberto Remigi



Fonte: SISA, por Christian Maciel Reis, em 16 jun 2024.

fundo, olhar, escutar, cultivar os sentidos que vão surgindo...

Nas páginas que seguem foram feitas com os esforços de muitas mãos, nossas, da UFPA, e deles, dos assentados, dos habitantes dessa comunidade. Todos participaram de cada termo, cada palavra neste livro inserida. Queremos contribuir para que suas histórias de vida se perpetuem através destas páginas, e fazemos isso conscientes de que, sobretudo, a ação da escritura de uma jornada que já dura há 26 anos de lutas e conquistas, apenas inicia.

No mais, agradecemos profundamente a todas, todos e todes do Assentamento João Batista II pela acolhida, atenção e generosidade. Acima de tudo, agradecemos à Maria Fernandes, vice-presidente do Assentamento João Batista II, que, incansavelmente, tanto tornou possível a nossa visita quanto a de muitas outras pessoas que contribuíram com o projeto, dialogando com nossos alunos sempre que necessário. Também fazemos questão de agradecer ao Nonato, que generosamente nos ofereceu sua casa com todo o conforto necessário para abrigar toda

a equipe do SISA. Não poderíamos esquecer, ainda, da dona Áurea e Maria, responsáveis por tantas das deliciosas refeições que fizemos durante a nossa visita; da Sandra, presidente da ACAJOB, que nos acompanhou durante toda a nossa estadia; das professoras Paula, Emanuelle e Carla, assim como dos alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Roberto Remigi, que nos receberam com afeto e generosidade; da Arlene, Valdinéia, Héder, seu Batata, seu Pantaleão, seu Manelão, dona Marília, seu Bigode, Edmilson e dona Chermont, que cederam um pouco de seu tempo para nos ensinar sobre a vida no campo e suas realidades; e, é claro, à Joice Kelly que, com seus 4 anos de idade, fez questão de nos acompanhar em todos os percursos falando das peripécias de uma criança assentada. Nosso agradecimento se estende a todos, todas e todes que fazem o Assentamento do Movimento Sem Terra João Batista II todos os dias, construindo um mundo mais solidário e democrático, mais generoso e diverso!

Para finalizar, agradecemos a eles a experiência de partilha da escritura deste livro, que, como já observamos, fora feita em conjunto, UFPA e Assentamento João

Batista II, não somente através de seus relatos, mas através da ação de pensar juntos, escrever coletivamente, ouvir e reescrever.

BOLSISTAS PIBIC-EM

Ana Beatriz, Marta, Matheus e Jefferson, como bolsistas do PIBIC Ensino Médio, participaram de cursos e oficinas promovidos pelo Grupo de Pesquisa SISA. Além disso, estiveram envolvidos na produção do livro sobre o assentamento, contribuindo com seu olhar e aprendizado ao longo do processo.



Matheus da Costa Silva



Marta Cristina Ferreira da Silva



Jhonatan Nascimento Reis



Ana Beatriz da Silva Souza

HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

Por

Áurea Conceição Maia

Christian Maciel

Maria Fernandes

Marina de Castro

Miriam do Monte

Em 15 de novembro de 1998, 836 trabalhadores rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Tanari, também denominada Fazenda Bacuri – pois era próximo a uma comunidade do mesmo nome –, situada no município de Castanhal, região nordeste do estado do Pará, integrada à mesorregião metropolitana de Belém. Essa ação, emblemática e repleta de significados, refletia não apenas a luta por reforma agrária, mas também a resistência de comunidades marginalizadas frente a um sistema historicamente excludente e desigual. A ocupação da Fazenda Tanari simbolizava, assim, um ato de reivindicação por direitos fundamentais, como acesso à terra e à dignidade, em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas.

Antes de se estabelecerem nas terras que hoje compõem o Assentamento João Batista II, os trabalhadores rurais sem terra encontravam-se acampados em Ananindeua, mais precisamente no bairro do Aurá, também na região metropolitana de Belém. “Vivemos assim até o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) liberar a terra para ser dividida. Muitas pessoas, depois que o Incra fez a divisão, foram embora porque queriam pegar a terra apenas para vender e não era possível fazer isso. No fim, restaram as cento e cinquenta e sete famílias que estão até hoje. E foi através de tudo isso que passamos a conhecer o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)”, destaca Dona Áurea.¹

Segundo Dona Miriam, naquele momento, “aquele povo vivia em um contexto de profunda desinformação, desconhecendo não apenas seus direitos, mas também os mecanismos

¹ Entrevista concedida em 7 junho 2023.

para os reivindicar”². O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda não fazia parte de seus horizontes de lutas e organização coletiva. No entanto, mesmo diante da falta de conhecimento formal sobre políticas agrárias e mobilizações sociais, esses trabalhadores carregavam consigo um sonho simples e poderoso: a possibilidade de conquistar um pedaço de terra para cultivar, construir uma vida digna e sustentar suas famílias por meio do próprio trabalho. Essa esperança, ainda que incipiente e desprovida de ferramentas políticas, era o motor que os impulsionava a buscar uma existência mais justa e autônoma.

O município de Castanhal tem na pecuária sua principal atividade econômica, destacando-se especialmente na produção de gado de corte. A área em questão, onde se localiza a Fazenda Tanari, está delimitada pelos rios Inhangapi e Patauateua, além do Igarapé Bacuri, constituindo uma região de notável riqueza natural. Essa porção do território é marcada pela presença de uma diversidade de essências florestais e espécies nativas, como Matamatá, Anani, Tatajuba, Sapucaia, Virola, Castanha-do-Pará, Andiroba, entre outras, que compõem um ecossistema de grande valor ambiental e cultural. O acesso à fazenda, atual assentamento, é feito, principalmente, pela rodovia BR-316, no sentido Castanhal-Santa Maria do Pará/PA, situada a 68 quilômetros da capital paraense, Belém, e a 24 quilômetros do centro de Castanhal. A partir daí, percorrem-se mais 7 quilômetros por uma estrada de terra até atingir o núcleo central do assentamento, um trajeto que simboliza, de certa forma, a distância geográfica e social entre a realidade dos trabalhadores sem-terra e os centros urbanos mais desenvolvidos.

² Dona Miriam em entrevista no dia 15 setembro 2024.



Figura 1: Assentamento João Batista II

Fonte: SISA, por Ana Vitória Gouvêa, em 06 jun. 2023.

Aprendizado e preparo para a ocupação

Após oito meses de resistência em acampamentos improvisados em praças de Ananindeua e Belém, de onde pressionavam o governo pela desapropriação da área e por condições dignas para permanecerem nela, os trabalhadores rurais, já integrados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), decidiram que era o momento de tomar uma atitude decisiva: ocupar a terra. A decisão, porém, não foi tomada sem hesitações. Corriam rumores intimidantes sobre a descoberta de um poço com cadáveres nas terras da referida fazenda, histórias que alimentavam o medo e a apreensão entre os acampados.

A preocupação era ainda maior com as crianças e os idosos, cuja segurança parecia estar em risco diante de um cenário incerto e potencialmente perigoso. Por este motivo, muitos dos trabalhadores optaram por deixar seus filhos sob os cuidados de parentes até que o acampamento estivesse consolidado e as condições de vida se tornassem mais seguras. Essa separação, embora dolorosa, era vista como um sacrifício necessário em busca de um futuro mais digno e estável para suas famílias.

Dessa forma, com o apoio fundamental da Cáritas Brasileira e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os acampados no Aurá organizaram-se e conseguiram mobilizar cinco ônibus, provenientes de diversos municípios do Pará, para deslocarem-se até a Fazenda Tanari. Após avaliação cuidadosa, decidiram estabelecer o acampamento no final da estrada do Bacuri, já dentro da propriedade, às margens de um braço do rio Inhangapi. A escolha do local não foi aleatória: além de oferecer acesso à água em abundância, essencial para a sobrevivência imediata, a área apresentava condições mínimas para abrigar as famílias naquele momento inicial de ocupação. Era um espaço que, apesar das incertezas e dos desafios, representava a possibilidade de recomeço e resistência, onde a luta por um pedaço de terra e por dignidade ganhava concretude.

A escolha da terra

A escolha da Fazenda Tanari pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reflete uma estratégia bem planejada, que combina aspectos jurídicos, políticos e logísticos para fortalecer suas reivindicações. A irregularidade da fazenda, com dívidas e hipotecas acumuladas, aliada à sua improdutividade, forneceu um embasamento legal para a ocupação, já que a Constituição Brasileira prevê a desapropriação de terras que não cumprem sua função social. Essa condição deu ao MST um argumento sólido para pressionar o Estado por reforma agrária.

A localização estratégica da fazenda, próxima à capital paraense, Belém, foi outro fator crucial. A proximidade com órgãos governamentais, como o INCRA e o judiciário, facilitou o acesso aos processos burocráticos e aumentou a visibilidade das demandas do movimento. Além disso, a presença de organizações de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Cáritas, ofereceu suporte logístico, jurídico e até mesmo moral

aos trabalhadores rurais. A proximidade da BR 316, principal via de acesso à capital, também garantiu maior exposição midiática e facilitou a mobilização de recursos e pessoas.

Ao chegarem ao final da estrada do Bacuri, os integrantes do MST iniciaram a montagem dos barracos de lona preta, um símbolo característico das ocupações do movimento. Essas estruturas precárias, mas funcionais servem como um lembrete visual das condições precárias em que muitas famílias vivem e representam não apenas a luta por um pedaço de terra, mas também a resistência e a organização coletiva dos trabalhadores na luta por direitos e justiça social, reforçando a urgência das reivindicações por reforma agrária.

Essa ocupação, portanto, não foi um ato isolado, mas parte de uma estratégia maior que busca pressionar o Estado e chamar a atenção da sociedade para a necessidade de redistribuição de terras e justiça social no campo. A Fazenda Tanari tornou-se, assim, um palco

de disputa política e simbólica, onde as demandas do MST se confrontam com os interesses de grandes proprietários e a lentidão do Estado em resolver os conflitos agrários.

A ocupação foi resultado de um processo organizativo minucioso e bem estruturado, que envolveu não apenas a mobilização das famílias sem-terra, mas também o apoio de instituições parceiras e o aproveitamento das brechas legais existentes. Antes da ação, um trabalho de base foi realizado, cadastrando famílias em municípios do Nordeste Paraense e identificando aquelas dispostas a participar da luta pela terra. Esse esforço contou com o apoio crucial da Cáritas Brasileira e da organização La Salle, que ofereceram suporte logístico, jurídico e de conscientização, fortalecendo a organização interna do movimento e garantindo que a ocupação ocorresse de maneira pacífica e ordenada.

O desfecho da ocupação, em 2000, com a liberação das terras para a formação de um assentamento através da política de

reforma agrária do Governo Federal, foi uma vitória significativa para o MST e para as famílias envolvidas. Esse resultado não apenas garantiu o acesso à terra para dezenas de famílias, mas também reforçou a legitimidade das reivindicações do movimento, mostrando que a pressão organizada e pacífica pode levar a conquistas concretas.

Naquele momento, meados do ano 2000, segundo dona Maria de Fátima, “Os barracos eram feitos de lona e de palha. Passávamos muita necessidade, só não passávamos fome porque as pessoas pescavam, tiravam açaí e umas ajudavam às outras”,¹ relembra. No acampamento já havia uma escola e um postinho de saúde, onde se encontrava remédios de produção caseira, dados pela terra e manipulados por quem sabia, dona Áurea.

“Com muito sofrimento, conseguimos projetos para as casas, energia, ruas, entre outras coisas. Fomos conquistando melhorias, passo a passo”, destaca Maria de Fátima². Sua história, como as dos

¹ Em entrevista em 07 jun. 2024.

² Idem.

demais assentados, é um testemunho de resiliência e determinação. As narrativas desses moradores refletem não apenas a luta pela terra, mas também a construção de uma comunidade unida e resistente, que transformou um acampamento em um assentamento, repleto de histórias de superação e conquistas.

Não obstante a ocupação ter sido conduzida de forma pacífica, os herdeiros do proprietário da Fazenda Tanari ingressaram com ação judicial requerendo a reintegração de posse, bem como indenização por perdas e danos. Contudo, em maio de 2000, a fazenda foi oficialmente desapropriada pelo Estado, marcando a criação do primeiro assentamento conquistado pelo MST na região. Este foi denominado Assentamento João Batista II, em homenagem ao deputado estadual João Carlos Batista, figura emblemática na defesa dos movimentos sociais e da democracia, assassinado em 1988, em pleno centro da cidade de Belém, por sua atuação na denúncia de violências contra trabalhadores rurais e na defesa intransigente

de uma Reforma Agrária que priorizasse os interesses das classes trabalhadoras.

Com a desapropriação, os herdeiros do antigo proprietário foram devidamente indenizados pelo Estado Brasileiro, conforme previsto na legislação vigente. Esse processo não apenas garantiu a regularização fundiária em favor das famílias assentadas, mas também consolidou um marco significativo na luta pela reforma agrária na região, evidenciando a capacidade de articulação política e jurídica do MST, bem como a efetividade de suas estratégias de mobilização e pressão sobre o poder público. A criação do assentamento João Batista II representou, assim, a materialização de um projeto de transformação social, no qual a terra passou a cumprir sua função social, beneficiando aqueles que nela trabalham e dela dependem para sua subsistência e reprodução social.

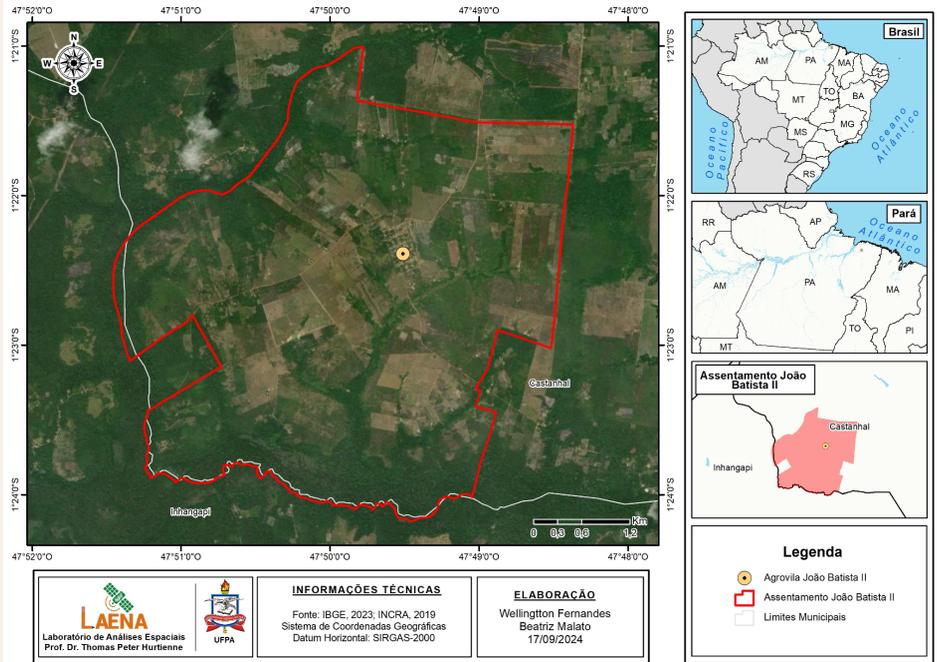
A criação do assentamento representou um novo começo para as famílias, que passaram a ter a oportunidade de trabalhar a terra, produzir alimentos e construir uma



vida digna. Além disso, a experiência da Fazenda Tanari serviu como um exemplo para outras ocupações e lutas pela reforma agrária

no Brasil, demonstrando a importância da organização coletiva, do apoio institucional e da persistência na busca por direitos.

Figura 2: Imagem georeferenciada do Assentamento João Batista II



Fonte: IBGE, em 28 de agosto de 2024.

“Passávamos muita necessidade, só não passávamos fome porque as pessoas pescavam, tiravam açaí e umas ajudavam as outras. Com muito sofrimento, conseguimos projetos para as casas, energia, ruas, entre outros. Fomos conquistando melhorias passo a passo.” (Dona Maria de Fátima, 02 jun. 2024)

Figura 3: Por do sol no Assentamento JBII



Fonte: Nina Dacier Lobato, discente da Facom, em 6 junho 2023.

IGOR E BETIM :
um dia antes, um dia a mais

Por
Christian Maciel
Igor Silva

Na noite de 14 de novembro de 1998, Igor da Silva, então um jovem com 19 anos, iniciou uma das missões mais complexas e desafiadoras de sua trajetória. Portando um facão, um telefone Motorola de antena longa e uma mochila com mantimentos essenciais – água e alimentação –, ele e seu companheiro de luta, Raimundo Adalberto, conhecido como Betim, adentraram a mata. O objetivo era assegurar a concretização de um projeto coletivo: a ocupação de uma área que, posteriormente, se tornaria o Assentamento João Batista II, localizado no município de Castanhal, no estado do Pará.

A missão possuía caráter estratégico, e havia sido designada diretamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Igor, ele e Betim haviam concluído recentemente um curso de formação em militância e liderança na cidade de Marabá-PA, o que os qualificava para assumir tal responsabilidade. A escolha recaiu sobre eles devido à necessidade de executar uma tarefa que demandava conhecimento

técnico e planejamento, evitando a participação de indivíduos sem experiência prévia. “Não podíamos simplesmente mandar um pai de família, leigo, para realizar um trabalho como esse. Era algo técnico e estratégico”, lembra Igor.

Ao chegarem à entrada da antiga fazenda, os dois desembarcaram de um veículo da organização, que partiu rapidamente para não despertar suspeitas. O objetivo prioritário era identificar uma área segura e isolada, adequada para o acampamento das 800 famílias que chegariam no dia seguinte. Utilizando o facão, iniciaram a abertura de um caminho na mata, com o intuito de localizar um igarapé que pudesse servir como referência geográfica e fornecer acesso a recursos a água, vital para a manutenção dos Sem-Terra no lugar e garantir a posse do território.

A noite foi passada no mato, sem abrigo. “Dormimos ali mesmo, atentos a qualquer movimento. Não havia margem para erros, pois qualquer informação vazada poderia comprometer a segurança

de todos”, lembra Igor¹. O medo da repressão por parte de fazendeiros e policiais era uma constante, mas, naquela noite, frisa Igor, “a sorte estava do nosso lado, graças a Deus. Não choveu, não houve imprevistos, e o silêncio se manteve absoluto”.²

No entanto, diante da possibilidade de uma situação perigosa — como um ato violento ou qualquer evento que pudesse impedir ou tornar arriscada a chegada dos ocupantes —, a comunicação seria o único recurso capaz de garantir a segurança do grupo. Foi nesse contexto que o telefone Motorola se tornou um verdadeiro aliado, proporcionando-lhes um mínimo de tranquilidade em meio à tensão. Considerado um avanço para a época, o aparelho foi o principal elo entre Igor e Betim, na fazenda, e o grupo que aguardava em Ananindeua. Sem ele, a coordenação entre as partes seria inviável e os riscos poderiam ser incalculáveis. “Usávamos o telefone para informar como estava o clima aqui e se havia movimentação de

policiais ou pistoleiros na área. Era essencial garantir a segurança das famílias”,³ explica Igor. Sem o celular, a coordenação entre os grupos seria impossível, e os riscos poderiam ser incalculáveis.

Na manhã do dia 15, já com a área mapeada e o local do acampamento definido, os dois jovens estavam prontos para receber os novos ocupantes. Às 12h30, os 23 ônibus que transportavam cerca de 800 famílias — cada uma composta, em média, por quatro pessoas — chegaram ao local. “Foi um momento de muita alegria. Finalmente, as famílias estavam concretizando o sonho de ter um pedaço de terra para trabalhar e viver”, lembra Igor, emocionado.

À noite, sob um céu estrelado, o acampamento já tomava forma. O barulho das conversas misturava-se ao som do mato, e, apesar do cansaço, muitos permaneceram acordados, sentindo o peso daquele momento tão esperado. A terra, que antes parecia distante, agora era um território em disputa — mas também um espaço de resistência e

¹ Em entrevista concedida no dia 15 de novembro de 2024.

² IDEM.

³ IDEM.

pertencimento. As fogueiras acesas iluminavam rostos marcados pela luta, mas também pela esperança de um futuro melhor. Crianças corriam entre as barracas improvisadas, enquanto os adultos compartilhavam histórias e planejavam os próximos passos. Aquele pedaço de chão, antes abandonado, ganhava vida e significado, transformando-se em um símbolo de luta coletiva e de um sonho que, finalmente, começava a se realizar.

A ocupação do assentamento João Batista II não se limitava à posse da terra; representava a possibilidade de reconstrução da vida para aquelas famílias. Para Igor, aquele momento marcou o início de uma trajetória pessoal. Solteiro na época, ele constituiu família no assentamento e dedicou-se ao trabalho e à produção agrícola. A terra, antes improdutivo e abandonada, transformou-se em um lar onde ele pôde criar raízes, literal e figurativamente, cultivando não apenas alimentos, mas também sonhos e relações comunitárias.

Betim também iniciou sua vida no local, mas seu percurso

foi interrompido precocemente. Ele e sua esposa faleceram, mas suas contribuições para a ocupação permanecem na memória de Igor e dos demais assentados, integrando a história coletiva do assentamento. Seu legado é lembrado não apenas como um ato de coragem, mas como parte fundamental da luta que garantiu um futuro para tantas famílias.

Hoje, olhando para trás, Igor reflete sobre a importância do que foi feito naquela noite e naquele dia. “Foi um momento histórico, não apenas para mim, mas para todas as famílias que chegaram aqui. Essa terra se tornou o símbolo de uma luta que valeu a pena”, conclui. O assentamento, que um dia foi um sonho distante, hoje é uma realidade pulsante, onde gerações seguem construindo suas vidas e honrando a memória daqueles que ousaram lutar por um pedaço de chão e por dignidade.

Naquela noite, sob uma palmeira, Igor e Betim aguardaram o amanhecer que marcaria o início de uma nova etapa para centenas de famílias. Cercados pela mata, avaliaram o terreno e conferiram cada

Figura 1:

Local onde seu Igor e seu Betim passaram a primeira noite para assegurar a chegada dos novos ocupantes.

Fonte: SISA, 2024, por Christian Maciel Reis, 17 nov. 2024



Figura 2 e 3: Sr. Igor no local onde ficaram na primeira noite para preparar a chegada dos novos ocupantes da terra.

Fonte: SISA, 2024, por Christian Maciel Reis, 17 nov. 2024.



detalhe para garantir que a chegada das 800 famílias ocorresse com segurança. No local, ainda há vestígios do antigo mata-burro, uma estrutura de madeira usada para impedir a passagem de animais em propriedades rurais (Figura 2). Esse ponto, que antes demarcava a entrada da fazenda, tornou-se o marco inicial do Assentamento João Batista II.

Por ter chegado antes dos demais, Igor é reconhecido como o assentado com “um dia a mais de ocupação”. Sua presença desde o primeiro momento e sua atuação ao lado de Betim naquela noite são lembradas como exemplos de liderança e compromisso com a luta coletiva.

A DINÂMICA NA OCUPAÇÃO

Por

Áurea Conceição Maia

Christian Maciel

Maria Fernandes

Marina de Castro

Miriam do Monte

A dinâmica da ocupação envolveu a integração de indivíduos de diversas regiões do país, que se uniram aos acampados para oferecer suporte ao novo assentamento. Estudantes e profissionais da Universidade Federal do Pará, em Belém, deslocaram-se para o local, estabelecendo uma relação de colaboração mútua com a comunidade. Esses participantes contribuíam com apoio técnico e acadêmico, ao mesmo tempo em que aprendiam com os assentados. Dona Miriam do Monte, uma das lideranças históricas da luta do MST pelo Assentamento João Batista II, relata que muitos desses colaboradores chegaram a residir em sua casa e na de outros companheiros da ocupação, evidenciando a proximidade e o intercâmbio constante entre os grupos. “Nós aprendíamos com eles. Muitas deles moraram na minha casa, e na casa da minha amiga sempre tinha gente da Universidade de Belém”, afirma dona Miriam do Monte.

Essa troca de conhecimentos e experiências, denominada “trocampo”, ampliou e enriqueceu as trajetórias de todos os envolvidos na ocupação da Fazenda Tanari. A convivência no assentamento caracterizou-se pela organização coletiva e pela produtividade, com um ambiente propício ao aprendizado contínuo. Após 25 anos de ocupação, a comunidade consolidou-se, cada indivíduo assumindo responsabilidades específicas e contribuindo para o desenvolvimento do grupo, “Com o passar do tempo, já estamos aqui há 25 anos, cada um tomou conta da sua vida, consolidando nossa comunidade”, ressalta dona Miriam.

A partir da consolidação do “trocampo” e da integração entre os acampados e os colaboradores externos, a organização interna da ocupação da Fazenda

Tanari estruturou-se de forma coletiva e participativa. Desde o início, as decisões eram tomadas por meio de assembleias, nas quais os acampados reuniam-se para deliberar sobre questões de diferentes complexidades. Essa prática resultou na criação de uma estrutura organizacional baseada em equipes especializadas, cada uma responsável por funções específicas. Entre as atribuições dessas equipes, destacavam-se a coordenação de doações e distribuição de alimentos, a manutenção da disciplina, a vigilância e proteção do acampamento, o atendimento à saúde, a organização da educação e o trabalho de base, além de outras demandas que surgiam ao longo do processo. Essa divisão de tarefas não apenas garantiu a eficiência e a sustentabilidade da ocupação, mas também reforçou a coesão e a autonomia da comunidade, consolidando um modelo de gestão coletiva que refletia os princípios do Movimento dos Sem Terra.

É relevante destacar que, além da educação formal voltada para jovens e crianças, havia um processo educativo contínuo e contextualizado, que ocorria em momentos oportunos, visando à compreensão dos direitos e deveres no âmbito do MST e à participação ativa de cada acampado. Dona Áurea, liderança de destaque assim como dona Miriam, desempenhou um papel fundamental nesse processo, atuando como mediadoras em situações que exigiam tanto a aplicação de normas quanto a reflexão coletiva. Um exemplo ilustrativo envolve um caso de violação da privacidade, em que um indivíduo foi flagrado observando mulheres tomando banho. Dona Áurea, atenta em não humilhar aquele que deveria ser penalizado, deu o exemplo envolvendo a vigilância e a educação: “Teve uma pessoa que estava olhando as mulheres tomando banho, o

castigo dele foi fazer alguma atividade para pagar o que fez, mas sem humilhação”. Uma postura importante na exigência da reparação, que exigia uma sanção que não incluía humilhação, uma preocupação constante entre os assentados. Essa abordagem refletia uma preocupação em equilibrar justiça e apoio, considerando as histórias de vida marcadas por adversidades dos envolvidos. Dessa forma, o acampamento tornou-se um espaço não apenas de luta por terra, mas também de aprendizado sobre convivência, direitos e respeito mútuo.

Importante salientar que, além da educação em movimento, voltada aos jovens e crianças, havia a educação que ocorria em qualquer momento propício para que todos compreendessem os processos que diziam respeito aos direitos e deveres do MST e da participação de cada Acampado, pois eram pessoas que já vinham de condições de vida difíceis e que, ali, aprendiam a respeitar e a serem respeitados.

Uma presença no acampamento, futuro Assentamento João Batista II, era a Irmã Dorothy Steiner que, juntamente com a irmã Conceição, contribuíram para a consolidação do assentamento. A Cáritas deu, igualmente, muito apoio aos Assentados. Segundo dona Áurea “Quando chegavam as doações, tudo era dividido igualmente, ainda que fosse muito pouco, entre os participantes do grupo. Era importante que não faltasse para ninguém. Quem não concordava acabava por ir embora do Assentamento”.

**VIDA E ORGANIZAÇÃO
NO ASSENTAMENTO
JOÃO BATISTA II**

O Assentamento João Batista II estrutura-se de forma mista, com uma agrovila situada em seu núcleo central, cujo desenho remete à imagem de um sol com seus raios irradiando. Essa configuração espacial foi definida coletivamente pelos próprios assentados, por meio de reuniões sistemáticas que discutiam o avanço e a consolidação da ocupação. A organização em agrovila visava atender, sobretudo, às famílias que optassem por não residir diretamente em seus lotes individuais, especialmente aqueles localizados em áreas mais distantes de serviços essenciais, como escolas e postos de saúde – infraestruturas previstas para serem implementadas em um segundo momento. Dessa forma, a agrovila surgia como uma alternativa viável, garantindo acesso facilitado a equipamentos de apoio social, tais como unidades educacionais, centros de saúde, sedes associativas e outros espaços comunitários.

Paralelamente, mantinha-se a possibilidade de residência direta nos lotes produtivos, caso essa

fosse a preferência dos moradores. Essa flexibilidade permitia que cada família escolhesse o modelo de ocupação que melhor se adequasse às suas necessidades e expectativas. Independentemente da opção, todas as famílias assentadas tinham direito a até três lotes destinados à produção agrícola, além de um terreno na agrovila para a construção de moradia ou de pequenos empreendimentos. Essa dualidade de possibilidades assegurava condições equitativas para o desenvolvimento econômico e social, promovendo a integração entre a vida produtiva e a comunitária.

Essa estrutura organizacional reflete não apenas uma solução prática para os desafios logísticos e de acesso a serviços, mas também um modelo de planejamento participativo, no qual os próprios assentados foram protagonistas na definição do espaço que habitariam. A agrovila, com seu formato simbólico e funcional, tornou-se um marco da capacidade coletiva de transformar um território em disputa em um espaço de vida, trabalho e resistência. Assim, o Assentamento João Batista II

consolida-se como um exemplo de organização comunitária que harmoniza a produção agrícola, a

moradia e o acesso a direitos básicos, garantindo a sustentabilidade e a dignidade de suas famílias.

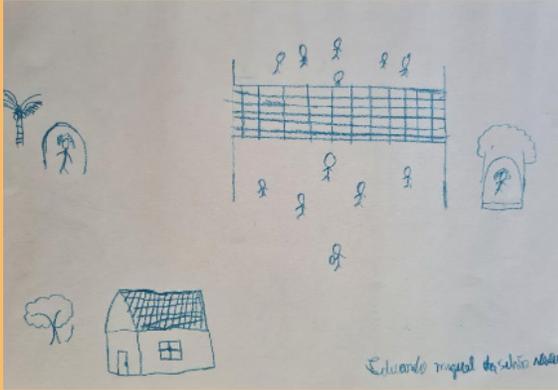


Figura 1

Agrovila representada por Eduardo Miguel da Silva Neves

Fonte: SISA, por Eduardo Miguel da Silva Neves, 2024.



Figura 2

Agrovila representada por Maria da Graça Araújo

Fonte: SISA, por Maria da Graça Araújo, em 2024.

FIGURA 3 e 4
A Agrovila do Assentamento João Batista II



Fonte: SISA, por
Maria da Graça Araújo, em 13. agos. 2023

FIGURA 5

A Agrovila do Assentamento João Batista II



Fonte: SISA, por
Maria da Graça Araújo, em 13 ago. 2023

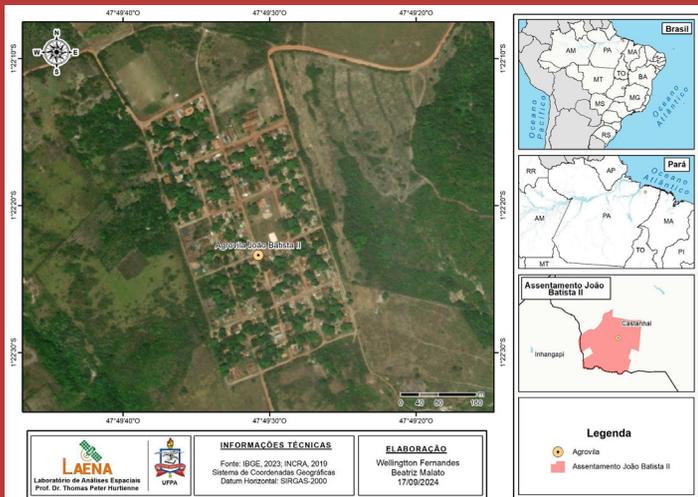


Figura 6
A Agrovila vista
através do Google

Fonte: NAEA, em
28 de agosto. 2024.

As residências e as estruturas coletivas do assentamento incluem a escola Roberto Remigi, o posto de saúde José Rufino dos Santos – nome dado em homenagem póstuma ao Sr. José Rufino dos Santos –, a igreja católica, cujo padroeiro é São João Batista, acompanhada de sua casa paroquial, e duas igrejas evangélicas de ministérios distintos: uma Assembleia de Deus de Missão e outra Assembleia de Deus. Além disso, a agrovila abriga pequenos estabelecimentos comerciais, como uma padaria, três lanchonetes – Três Princesas, Doce Mel e uma ainda sem nome –, quatro pontos de venda de açaí, uma academia e bares, como o Chega Mais e o Bar do Esporte.

No âmbito institucional, destacam-se a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (APROCJOB), a Associação de Comercialização dos Agricultores Rurais do Assentamento João Batista II (ACAJOB) e a Cooper D'Amazônia. As sedes dessas associações estão localizadas na agrovila, embora o escritório político da Cooper D'Amazônia esteja situado em Belém. Essa estrutura, ainda em

Figura 7: Missa na Igreja Católica do Assentamento em homenagem ao 26º aniversário, realizada no dia 15 de novembro de 2024.



Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 14 nov. 2024.

Figura 8: Templo da Assembleia de Deus, com sua casa pastoral ao lado.



Fonte: SISA, por William Costa, em 14 nov. 2024.

fase construção, tanto social quanto física, propriamente, reflete a vontade de organização social e econômica dos assentados, integrando serviços, comércio e instituições que atendem às necessidades da comunidade.

A presença de equipamentos educacionais, de saúde e religiosos, somada aos estabelecimentos comerciais e às associações, demonstra a capacidade de organização coletiva e a busca por uma qualidade de vida digna para todos os assentados. Além disso, as instituições locais, como a APROCJOB, a ACAJOB e a Cooper D'Amazônia, desempenham um papel fundamental na articulação política e econômica, fortalecendo a autonomia do assentamento e sua inserção em redes mais amplas de produção e comercialização.

Essa diversidade de espaços e serviços evidencia a consolidação do assentamento como um núcleo autossustentável, onde a vida comunitária e a produtiva se articulam de maneira estratégica, buscando ampliar as oportunidades e garantir melhores condições de vida para todos os seus membros.

Dessa forma, o Assentamento João Batista II não apenas garante a subsistência de suas famílias, mas também se configura como um espaço de resistência, desenvolvimento, e sociabilidades, onde a luta pela terra se transforma em uma realidade de inclusão social, crescimento econômico e fortalecimento comunitário. A agrovila, com sua estrutura multifuncional, simboliza a concretização de um projeto coletivo que transcende a mera ocupação de terras, tornando-se um modelo de organização rural que alia produtividade, sustentabilidade e justiça social.

A organização das famílias teve início ainda durante o período de acampamento, logo após a ocupação da fazenda. Estruturado inicialmente em grupos de aproximadamente 50 famílias, esse arranjo organizacional visava estabelecer normas e rotinas de trabalho coletivo, essenciais para assegurar o bem-estar comum e a permanência na área ocupada. Os desafios eram inúmeros: desde a carência de água potável e saneamento básico até as dificuldades de trabalhar uma terra ainda não

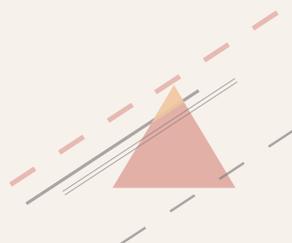
adaptada à subsistência, passando pela falta de suporte para necessidades básicas, como a alimentação das famílias. Essa organização prévia foi fundamental para superar as adversidades iniciais e consolidar a ocupação como um espaço viável de vida e trabalho.

Um marco simbólico dessa trajetória foi o nascimento da primeira criança no assentamento – ainda em fase de acampamento –, em 1999. Batizada de João Batista, a criança recebeu esse nome em homenagem a João Carlos Batista, o deputado progressista assassinado em Belém, e também ao próprio Assentamento João Batista II, que, naquele momento, igualmente “dava seus primeiros passos”. Esse evento representou não apenas a esperança de um novo começo, mas também a materialização do sonho coletivo de transformar a luta pela terra em um projeto de vida duradouro.

Hoje, décadas depois, muito mudou, mas a memória daquela construção coletiva permanece viva. Como observa dona Miriam, uma das assentadas, “graças a Deus, as coisas melhoraram

muito, mas continuamos na luta. Hoje, temos muitos jovens formados aqui, só falta emprego para eles”. Sua fala reflete tanto os avanços conquistados – como a formação educacional das novas gerações – quanto os desafios persistentes, como a necessidade de oportunidades de trabalho que garantam a plena realização desses jovens.

Essa narrativa, que une passado e presente, reforça a importância da organização comunitária como pilar fundamental para a transformação do assentamento em um espaço de resistência, pertencimento e desenvolvimento. A história do Assentamento João Batista II, marcada por lutas e conquistas, continua a ser escrita, mantendo viva a memória daqueles que ousaram sonhar e construir um futuro melhor para suas famílias.



**A LUTA PELO
POSTO DE SAÚDE
JOSÉ RUFINO
DOS SANTOS**

Por
Áurea Conceição Maia
Christian Maciel
Maria Fernandes
Marina de Castro

A conquista do posto de saúde José Rufino dos Santos, oficializada por meio da Lei Municipal 019/24, de 14 de julho de 2016, simboliza a determinação e a luta incansável dos assentados, com destaque para o papel fundamental desempenhado por dona Áurea Conceição Maia. Essa vitória não apenas materializou um direito básico há muito reivindicado, mas também reforçou a capacidade de mobilização e articulação política da comunidade. O nome do posto de saúde homenageia, de forma póstuma, o Sr. José Rufino, um dos primeiros líderes do assentamento, cuja trajetória de dedicação e liderança deixou um legado inspirador para as gerações seguintes.

A luta por esse equipamento de saúde foi marcada por desafios significativos, desde a falta de infraestrutura básica até a necessidade de sensibilizar as autoridades municipais sobre as demandas urgentes da comunidade. Dona Áurea, com sua persistência e habilidade de mobilização, tornou-se uma figura central nesse processo, articulando reuniões, pressionando gestores públicos e mantendo viva a chama da reivindicação coletiva.

Figura 1: Capa, primeira página do Diário Oficial do Município de Castanhal



Fonte: Prefeitura Municipal de Castanhal, 2016.

No início, os assentados enfrentavam enormes dificuldades para obter assistência médica, um desafio agravado pela discriminação e pela falta de infraestrutura. Dona Áurea, com sua persistência e compromisso com a saúde da comunidade, emergiu como uma liderança fundamental, mobilizando-se junto ao Conselho Municipal de Castanhal em busca de soluções. As respostas, no entanto, eram frequentemente desdenhosas: “quando solicitávamos ambulâncias ou transporte, ouvíamos comentários como ‘por que não vêm andando, já que gostam tanto de caminhar?’”.¹ Além disso, ao chegarem a Castanhal, eram estigmatizados por serem identificados como pessoas de esquerda² e, mesmo diante de emergências como partos ou doenças graves, enfrentavam questionamentos absurdos, como o de *não terem vindo a pé*.³

A falta de transporte adequado era uma barreira constante. Em situações críticas, os assentados recorriam a carroças puxadas por tratores para levar pacientes até Castanhal. Em uma dessas viagens, dona Áurea, demonstrando extrema habilidade e coragem, realizou um parto em cima de uma carroça, puxada por um trator. Ao chegarem ao hospital, antes mesmo de descerem a paciente, tiraram fotos da mãe com o

¹ Entrevista de Dona Áurea concedida em 24 de março de 2024.

² IDEM.

³ IDEM

recém-nascido, um registro que simboliza a dura realidade e a resiliência daquela comunidade.

Antes da construção do posto de saúde atual, os assentados dependiam de uma barraca de saúde itinerante, insuficiente, insalubre e sem o aparato adequado para atender às demandas da população. A luta por uma unidade fixa foi marcada por atos de resistência, como bloqueios na BR-316, caminhadas até Belém e pressão direta sobre órgãos governamentais e o Incra. Essas mobilizações tinham como objetivo chamar a atenção para as necessidades urgentes da comunidade.

A persistência dos assentados resultou em uma primeira vitória em 2002, quando, por meio de uma emenda parlamentar do então deputado Paulo Rocha (PT-PA), o Governo Federal construiu um pequeno prédio para o posto de saúde. No entanto, foi somente em 30 de junho de 2016, mais de uma década depois, que a unidade básica de saúde foi oficialmente entregue à comunidade. Essa conquista não apenas materializou um direito básico há muito negado, mas também se tornou um símbolo da força da

Figura 2: Posto de saúde do Assentamento com a caixa d'água, ao fundo e à esquerda, que serve a agrovila.



Fonte: SISA, por Marina Castro, em agos. 2024.

organização coletiva e da luta por dignidade e justiça social.

A história do Posto de Saúde José Rufino dos Santos é um testemunho vivo da força e da resistência da comunidade, demonstrando que, mesmo em meio às circunstâncias mais adversas, a solidariedade e a determinação coletiva podem transformar realidades e pavimentar caminhos para um futuro mais digno. Hoje, o posto de saúde constitui um pilar fundamental do Assentamento João Batista II, oferecendo cuidados essenciais e contínuos à população. Essa conquista só foi possível graças ao empenho incansável de pessoas como dona Áurea Conceição Maia, uma referência em saúde no assentamento, cuja dedicação e liderança continuam a inspirar e fortalecer a comunidade.

Atualmente, o posto de saúde conta com a atuação de dona Áurea, agente de saúde e moradora do assentamento, e da técnica em enfermagem Érica Fernanda, residente na vila Pica-pau, localizada no ramal Bacuri, entre Castanhal e o Assentamento João Batista II. Essa equipe, formada por profissionais comprometidos, garante o funcionamento diário da unidade, consolidando-a como um espaço de referência para a saúde pública local.

Essa conquista, fruto da mobilização coletiva e da persistência de lideranças como dona Áurea,

transcende à construção física do posto de saúde, tornando-se um legado inspirador para as gerações futuras. A trajetória do Posto de Saúde José Rufino dos Santos evidencia como a organização comunitária pode transformar realidades, garantindo direitos essenciais e fortalecendo a resistência de uma comunidade que, diante de inúmeros desafios, soube construir um futuro mais justo e digno.

Figura 3: Recepção da UFPA na escola do Assentamento JBII, EMEF Roberto Remigi



Fonte: SISA, cartão de Memória MST, em 06 jun 2023.

O MST E SUA REVOLUÇÃO EM BENEFÍCIO DE TODOS

Por

Áurea Conceição Maia

Christian Maciel

Fábio Castro

Maria Fernandes

Marina de Castro

Miriam do Monte

Na Comunidade do Lulu, município de Castanhal, vizinha do Assentamento João Batista II, escondida nas entranhas do ramal que leva o mesmo nome, a vida parecia ter sido esquecida pelo tempo. Antes da constituição do Assentamento, a realidade era marcada por desafios extremos e pela ausência quase total de infraestrutura – falta de luz, falta de escola, falta de posto de saúde, falta de saneamento básico e vias de difícil acesso. Dona Dodoca, moradora do Ramal do Lulu, é uma das muitas mulheres fortes e resilientes que enfrentaram o isolamento e as privações da região e que nos relata como sua vida melhorou depois da chegada dos assentados na região, pois, até poucos anos atrás, diz ela, “a energia elétrica era inexistente, o transporte público não chegava, os postos de saúde eram um sonho distante, e as estradas não passavam de trilhas de barro, lama e poeira, intransitáveis em dias de chuva”.¹

Dona Dodoca recorda as dificuldades enfrentadas pelas famílias da

região, agravadas pela opressão do fazendeiro que reivindicava a propriedade das terras. Ele utilizava estratégias brutais para manter o controle: impedia a circulação de pessoas e serviços, destruía roçados e posicionava capangas armados para vigiar as porteiras. A violência não se limitava ao aspecto físico; era também psicológica, minando a resistência dos agricultores vizinhos e forçando muitos a venderem ou abandonarem suas terras e suas casas.

Foi nesse contexto de opressão que surgiu a semente da resistência. Um grupo de famílias, cansado de submeter-se à tirania do fazendeiro, decidiu unir-se em torno de um objetivo comum: lutar por seus direitos e por um futuro melhor. Organizaram-se em coletivos, formados a partir da proximidade dos lotes, com representantes responsáveis por setores essenciais, como saúde, educação, comunicação, frente de massa, formação e produção. Cada coletivo tinha um coordenador, encarregado de articular e defender os interesses de seu grupo,

¹ Entrevista concedida em 12 de abril de 2024.



fortalecendo a coesão interna e a capacidade de mobilização.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emergiu como um aliado fundamental nessa luta, fornecendo a estrutura e o apoio necessários para enfrentar o poder do latifúndio. Foi nesse cenário de opressão que surgiu a semente da resistência. Utilizando táticas de resistência pacífica, como ocupações de terra e bloqueios de estradas, para chamar a atenção das autoridades e da sociedade para as injustiças que sofriam, um grupo de famílias decidiu que não iria mais submeter-se à tirania do fazendeiro e, unidos pelo sofrimento comum e pela esperança de um futuro melhor, formaram um coletivo.

Assim, essa organização comunitária consistia em pequenos grupos agregados a partir dos lotes de proximidade, no qual cada um desses grupos tinha representantes de setores essenciais, como saúde, educação, comunicação, frente de massa, formação e produção. Cada coletivo tinha um coordenador, responsável por articular e defender os interesses de seu grupo.

Após anos de luta, a vitória finalmente chegou. O Assentamento foi oficialmente constituído, marcando o início de uma nova era para as famílias do Ramal do Lulu. Com o apoio do MST e de outras organizações, a comunidade conquistou acesso à energia elétrica, escolas, transporte público, postos de saúde e estradas pavimentadas. A terra, antes símbolo de opressão, transformou-se em um espaço de resistência e liberdade, onde as famílias puderam reconstruir suas vidas.

O legado do MST e da luta das famílias do Ramal do Lulu é um testemunho do poder da organização coletiva e da resistência. A história de dona Dodoca e de sua comunidade ilustra como a união em torno de um objetivo comum pode superar obstáculos aparentemente intransponíveis. O Assentamento não representa apenas um pedaço de terra; é um símbolo de esperança, justiça e transformação social.

Enquanto houver histórias como a de dona Dodoca para serem contadas, o espírito de luta e resistência do MST continuará

a inspirar novas gerações, mostrando que, mesmo nas circunstâncias mais adversas, é possível construir um futuro mais digno e justo. A trajetória do Ramal do Lulu

reforça a importância da mobilização comunitária e da luta por direitos, valores que permanecem vivos no coração do Assentamento João Batista II.

Figura 1: Reunião com os líderes do Assentamento do MST no Assentamento JBII
Fonte: SISA, Cartão de Memória MST, em 6 jun. 2023.



A INFÂNCIA E JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO

Por

Ana Beatriz Souza

Cristian Maciel

Leandra Souza

Marina de Castro

Marta Cristina da Silva

Aqui eu criei meus filhos sem medo. A gente deixava, e ainda deixa, eles brincarem à vontade. O mais velho já tem uns 30 anos, o mais novo tem 19 anos e já estão trabalhando, então o movimento ensina o que é educação. (Dona Doraci, em 14 junho 2023)

No contexto do Assentamento, as crianças são acostumadas a viver em uma liberdade que as permite explorar e interagir com o ambiente de maneiras profundamente enraizadas na tradição e na simplicidade da vida rural. Historicamente, as atividades recreativas dessas crianças são um reflexo da cultura e das condições materiais que moldam suas vidas cotidianas.

Figura 1: Pedro e Lucas na corrida de saco nos jogos internos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roberto Remigi.

Fonte: Professora Emanuelle, em 25 de out. 2024.



As brincadeiras comuns incluem pira-pegas, pira-se-esconde, queimada, pira-garração e taco-ball. Para jogar taboball, são necessárias duas garrafas plásticas, dois pedaços de madeira, uma bola pequena e quatro jogadores. O jogo funciona assim: dois jogadores defendem as garrafas plásticas, enquanto os outros dois tentam derrubá-las arremessando a bola. A atividade de subir na caixa d'água e a pesca na mãe d'água são testemunhos do relacionamento estreito entre as crianças e seu entorno natural. Desde cedo, são ensinadas a valorizar e a utilizar os recursos naturais disponíveis, como os igarapés, que se tornam centros de lazer e aprendizado.



Figura 2: João Marcos; Isiany Ranara; Viviane Portela; Lindaura Portela; Franciane Queiroz; Agatha Vitória; Jady Wanderley, momento de lazer no igarapé Congregação Monte Carmelo, em confraternização da igreja (Congregação Monte Carmelo, conjunto de jovens El Shaday).

Fonte: João Marcos, assentado do MST, em 21 ago. 2021.



A ida aos igarapés é, sem dúvida, uma das maiores diversões para as crianças. Esse hábito, transmitido por gerações, envolve tanto momentos de recreação quanto de conexão com a natureza. A prática de pescar, por exemplo, não é apenas uma atividade lúdica, mas também uma forma de adquirir habilidades práticas e de subsistência. Da mesma forma, andar a cavalo e explorar o mato são atividades que conectam as crianças ao modo de vida de seus antecessores, ensinando-lhes a importância da terra e dos animais.

Como disse dona Doraci, em seu depoimento, “Eu pude dar uma vivência pra eles sem medo, porque na cidade é violento. Aqui não, aqui eles cresceram brincando, tem

as amizades deles; cresceram juntos, os amigos deles estão aqui, e já são pais de família!” (Doraci, 2023)



Figura 3: Crianças e adolescentes no Igarapé

Fonte: Professora Ema-nuelle, em junho de 2024.

Além das brincadeiras nos igarapés, as crianças do Assentamento também se dedicam a balar passarinhos, brincar com seus animais de estimação, apanhar mangas e caminhar pelo mato. Essas atividades refletem uma infância vivida ao ar livre, onde o contato com a natureza é constante e onde cada dia traz novas descobertas e aventuras.



Figura 4: Joyce Kelly, 5 anos, com seu cachorro

Fonte: SISA, em 14 novembro 2024.

Marta, adolescente e moradora do Assentamento, relembra que, em sua infância, as brincadeiras eram sempre as mesmas devido à falta de acesso a tecnologias contemporâneas como o celular. Essa repetição, longe de ser vista como monótona, proporcionava uma sensação de continuidade e comunidade. Na ausência de dispositivos eletrônicos, fomentava-se a criatividade e a interação social, fortalecendo os laços entre as crianças.



Figura 5: Crianças voltando da escola

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 13 set. 2024.

Atualmente, Marta observa, há uma mudança nos hábitos lúdicos das crianças do Assentamento. Com o advento dos celulares, muitos jovens preferem jogos eletrônicos, uma tendência que reflete as transformações sociais e tecnológicas do mundo contemporâneo. No entanto, ela ressalta que, ao entardecer, quando as crianças não estão na escola, os brinquedos da praça ainda são bem frequentados, e o tacoball continuam sendo uma prática popular entre crianças e adultos.

Figura 6: Festinha do pijama da educação infantil de 4 e 5 anos (na despedida da professora Rayssa Moraes que entrou de licença maternidade)

Fonte: SISA, Christian Maciel Reis, em 7 jun. 2023.



Esse relato de Marta indica que, apesar das mudanças tecnológicas, as tradições lúdicas do Assentamento ainda persistem. Os brinquedos da praça e jogos como o tacoball mantêm viva a herança cultural do Assentamento, proporcionando um espaço onde diferentes gerações se encontram e interagem.

Assim, a infância no Assentamento é marcada por uma diversidade de atividades que combinam tradição e modernidade. As crianças, ao participarem dessas brincadeiras, não apenas se divertem, mas também absorvem valores e conhecimentos que as prepararão para a vida adulta. A história dessas brincadeiras é, portanto, um testemunho da resiliência cultural e da capacidade de adaptação da comunidade do Assentamento diante das mudanças dos tempos.

Figura 7: Aula-passeio: um momento de aprendizado e lazer no sítio da família do aluno Nicolas, do 5º ano, acompanhado pelas professoras Emanuely (regente) e Gláucia Lúcia (sala de leitura).



Fonte: Professora Emanuelle, em 07 out. 2024.

Ainda referente a imagem acima, trata-se do Mutirão de Leitura do Projeto Vaga Lume, promovido pela Escola Roberto Remigi, foi realizado no dia 7 de outubro na comunidade do Assentamento João Batista II. A atividade contou com a participação de alunos do 3º, 4º e 5º anos, fortalecendo a prática da leitura e a integração comunitária.



Figura 8: Alunos da escola Roberto Remigi na aula de Educação Física.

Fonte: Professora Emanuele, em maio 2024.



Figura 9: Pablo e o Pedro Lucas brincando na praça central da agrovia do Assentamento JBII.

Fonte : SISA, por Marina Castro, em 15 nov. 2023.

Outro ponto a destacar diz respeito ao horário das crianças irem para a cama, que atualmente está alterado por conta do maior acesso a tecnologia e exposição à tela dos celulares. No Assentamento, os pequenos das séries iniciais da educação infantil estudam todos no turno da manhã. E a aula começa, pontualmente, às 7h30. Mas o que contribui para que as crianças mantenham uma regularidade de horário do sono é, justamente, a locomoção. A maioria delas mora distante da vila, tendo de pegar o ônibus para ir até a escola e o ônibus passa por volta das 6h30 da manhã.

Dessa maneira, no máximo às 5h45, eles devem estar de pé para começar o novo dia. Na volta para casa, depois de muita atividade e quase na hora do almoço (11h30), estão esgotados. A maioria tira o famoso cochilo depois do almoço, a sesta e, posteriormente, seguem pela tarde com muita brincadeira.

Figura 10: Abertura dos jogos municipais de Castanhal JIJEM.

Fonte: Professora Emanuelle, em 14 nov. 2024.



Alguns jovens do Assentamento já estão bem ligados à tecnologia e gostam de se divertir com jogos online, como o *Free Fire*, game para celular bastante popular nas novas gerações. Já outros, preferem jogar vôlei na praça com os amigos; jogam também futebol e fazem apostas por uma garrafa de coca-cola, o que torna a brincadeira mais empolgante. Nos domingos, eles costumam ir aos igarapés que ficam nos lotes do Assentamento.



Figura 11: *Nícolas em seu cavalo, em sua hora de lazer.*

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 07 jun. 2023.



Figura 12: Partilha do lanche depois do banho de igarapé.

Fonte: SISA, por Maria Fernandes, em jun. 2024.



Figura 13: Jovens assentados recebendo a representante da Kizomba-PA para palestra sobre

Fonte: Carol, assentada do MST, em maio 2023.

O esporte no Assentamento

Por Maria Fernandes, Ana Beatriz Souza e Marta Cristina da Silva

No Assentamento existe o JB Esporte Clube – como é conhecido o João Batista Esporte Clube –, o time de futebol local, composto por jovens e adultos, entre 17 e 40 anos, todos moradores da comunidade. Eles participam de campeonatos rurais, representando com orgulho a comunidade.

Além do futebol, há uma quadra de areia de vôlei, na qual os moradores costumam reunir-se no final do dia para jogar. A manutenção da quadra, das redes e das bolas é feita por meio de coletas, realizadas entre os moradores; ou com o apoio de amigos. A comunidade evita pedir ajuda à Prefeitura de Castanhal e aos vereadores, levando em consideração a burocracia e os interesses políticos envolvidos.

Em 2023, o Assentamento incluiu um campeonato de vôlei na programação de aniversário, atraindo equipes de outras comunidades. Segundo Maria Fernandes, liderança juvenil e coordenadora de comunicação da Associação do Assentamento, “Esse torneio de vôlei acontece no Assentamento João Batista 2, uma competição informal, que as comunidades se reúnem para praticar o esporte, promovendo a interação social e o lazer”.¹



Figura 14: Equipe vencedora do jogo comemorativo ao 26º aniversário do Assentamento João Batista II.

Fonte: João Marcos, Assentado do João Batista II, em 15 nov. 2024.

¹ Entrevista concedida em 30 jan. 2025.

Figura 15: Torneio de Volei em comemoração ao 26 aniversário do Assentamento JBII

Fonte: SISA, por Maria Fernandes, em 16 nov. 2024.



PROJETO BOI RESISTÊNCIA:

Valorizando a cultura e a
luta do povo do campo
no Assentamento
João Batista II

Por
Paula Primo
Christian Maciel
Marina de Castro

O Projeto *Boi Resistência*, idealizado e coordenado pela professora Paula Francinetti Santiago Primo, é uma iniciativa que transcende a esfera educacional, tornando-se um símbolo de resistência cultural e identitária no Assentamento João Batista II. Desenvolvido junto às turmas do 3º e 4º ano da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Roberto Remigi, o projeto tem como objetivo central valorizar as tradições culturais do campo, com ênfase na dança do boi-bumbá, expressão artística que incorpora a luta e a resiliência das comunidades rurais.

O projeto teve início em 2019, inspirado no *Boi Pavulagem*, de Belém. Inicialmente, o boi local era uma réplica do modelo original, mas, após a pandemia, a professora Paula decidiu resignificá-lo, transformando-o em um Boi de Reforma Agrária, batizado de Resistência em homenagem à luta e à resiliência das comunidades camponesas. Essa adaptação permitiu que o projeto incorporasse as particularidades e demandas do Assentamento João Batista II, tornando-se um símbolo autêntico da identidade local.



Figura 1: Apresentação do Boizinho Resistência.

Fonte: SISA, por Maycon Catanhede, em 06 jun. 2023.

Por meio de oficinas de dança e música, ministradas por integrantes do projeto Boi Pavulagem e artistas locais, o Boi Resistência promove não apenas a capacitação dos estudantes, mas também a preservação e a revitalização das tradições culturais da região.

Além de seu caráter artístico, o projeto estimula a reflexão crítica sobre a importância do respeito, da solidariedade e da valorização das raízes culturais. Ele também aborda

questões relacionadas ao espaço, à paisagem e ao território, enfatizando a construção coletiva desses elementos e sua relevância para a identificação e superação de desafios comuns. Segundo a professora Paula, o projeto busca ensinar os alunos a reconhecer e apreciar as diversas linguagens que expressam a pluralidade cultural, utilizando a dança, o canto e a encenação como ferramentas de promoção da criatividade e do engajamento lúdico.



Figura 2: Professora Paula comandando a apresentação do Boi na recepção do grupo da UFPA ao Assentamento.

Fonte: SISA, por Ronald Silva, em 06 jun. 2023.

Um dos pilares do *Boi Resistência* é o incentivo à pesquisa e ao envolvimento dos alunos na investigação da história e das tradições culturais da região. Essa abordagem participativa resulta na produção de materiais educativos e na realização de apresentações culturais que celebram e fortalecem a identidade local. O projeto também reforça os vínculos entre os alunos, suas famílias e a comunidade, criando um senso de pertencimento e colaboração.

O ciclo anual do projeto inicia-se em maio, quando os alunos são incentivados a pesquisar sobre o boi-bumbá e suas raízes na cultura amazônica. A partir desse momento, em preparação para a quadra junina, inicia-se a construção das toadas e a confecção dos adereços, processos que envolvem a comunidade escolar de forma ativa.

Observamos que o boi-bumbá, uma das manifestações culturais mais tradicionais do Norte e Nordeste do Brasil, especialmente nos estados do Pará e Maranhão, é uma narrativa que envolve a morte e a ressurreição de um boi, simbolizando o ciclo de renovação da natureza. No Assentamento João Batista II, essa tradição ganha novos significados, incorporando elementos do imaginário local, como a abelha, o açaí, a mandioca, o girassol, Paulo Freire, São João Batista e a bandeira do MST. Esses símbolos, presentes na roupagem do *Boi Resistência*, representam a produção agrícola, a educação, a espiritualidade e a luta pela terra, respectivamente. As cores do boi – o vermelho, o amarelo e o colorido – refletem a alegria, a resistência e a esperança que permeiam a vida no assentamento.



Figura 3: Boizinho Resistência em apresentação na escola Roberto Remigi para a recepção dos alunos da UFPA.

Fonte: SISA, por Ana Vitória, em 06 jun. 2023.

A partir de 2022, o projeto passou a envolver os alunos na composição das toadas, que são entoadas durante as apresentações juninas. Por meio de oficinas de produção textual, os estudantes criam poemas que são, posteriormente, compilados e transformados em toadas pelo poeta e músico local senhor Hélio Maia. A toada principal, intitulada “*Eu vim de muito longe*”, é considerada pela comunidade como uma expressão autêntica dos sentimentos e das experiências dos assentados.

A culminância do projeto ocorre durante as festividades juninas, com o *Levantamento do Mastro*, evento que marca o início das comemorações em homenagem a São João Batista, padroeiro do Assentamento. O *Boi Resistência* se apresenta como um elemento central dessas celebrações, com seus enfeites coloridos e destaque para a cor vermelha, que remete à bandeira do Movimento dos Sem Terra. A presença de símbolos como a imagem de São João Batista, o patrono da pedagogia Paulo Freire, o açaí, a macaxeira e a do mel de abelha – elementos que representam a produção local e a identidade do assentamento – reforça a conexão entre cultura, luta e território.

A partir de 2022, a professora Paula passou a envolver os alunos na composição das toadas do Boi, a serem cantadas durante as apresentações na quadra junina. Para isso, foram realizadas diversas oficinas de produção de textos entre os alunos da escola. Eles produziram poemas que foram reunidos e partilhados com o senhor Hélio Maia, um poeta e músico local. Seu Hélio compilou os poemas dos alunos e os transformou na toada principal, que hoje é recitada antes das festividades. Segundo diversos membros da comunidade, seu Hélio conseguiu traduzir o sentimento dos assentados da comunidade João Batista II. A toada é intitulada “Eu vim de muito longe”:

**Rasgando mato
a dentro vim
para ficar no
assentamento**

Hélio Maia

*Vou levando no peito
Contando minha história
Boi com muita raça
Sou resistência de lutas e vitórias*

*Boi bonito com marca na testa
Vou contando meu enredo
Em tudo que é festa*

*Eu sou o Resistência
Não tenho medo de cara feia
Arrebento o laço
E deixo pegadas em terras alheias*

Raízes de luta

*Salto, pulo de montão
Segura minha gente
Logo deixo minha semente
Em todos os assentamentos
Pois é noite de São João*

*Resistência,
Resistência,
RESISTÊNCIA.*



Figura 4: O Boi Resistência em apresentação na escola Roberto Remigi

Fonte: SISA, por Ronald, em 06 junho de 2023.

O Como se sabe, o boi-bumbá é uma das mais manifestações culturais mais tradicionais do país, fazendo-se presente, principalmente, nos estados do Pará e Maranhão.

A história do boi-bumbá é geralmente contada por meio de uma narrativa que envolve a morte e ressurreição de um boi de estimação, muito valioso por isso, pertencente a um dono de terras que, por diferentes motivos – de acordo com quem conta a história – acaba sendo morto, geralmente, por um personagem chamado “Pai Francisco” ou “Mateus” e, posteriormente, ressuscitando magicamente, numa alegoria sobre o renovar da natureza.

No Assentamento, a figura trágica do boi-bumbá ressurge como uma síntese das figuras do imaginário local: a abelha, o açaí, a mandioca, o girassol, Paulo Freire, São João Batista, a bandeira símbolo do MST são alguns dos elementos que são incorporados na roupagem do Boi Resistência, e significam a produção do Assentamento, o patrono da Educação, o Padroeiro da comunidade e o Movimento dos Sem Terra, respectivamente. Assim como as cores do Resistência, o vermelho vem da cor da bandeira do MST, o amarelo da cor do girassol e o colorido, que são as cores da alegria.

Figura 5: Apresentação do Boi Resistência na recepção da UFPA ao Assentamento JBII

Fonte: SISA, Nina Lobato , 06 jun. 2023.



Figura 6: Entrada da escola

Fonte: SISA, Renan Lima, 06 jun. 2023



Figura 7: Apresentação do Boi Resistência, na recepção da UFPA

Fonte: SISA, Maycon Cantanhede, 06 jun. 2023

PROJETO CASA COLMEIA

*Por
Christian Maciel
Emanuelle Almeida
Marina de Castro*

O projeto Colmeia não nasceu no Pará. Dona Dulcirene Pereira Santos, trabalhadora sem terra - uma das primeiras lutadoras para a construção e consolidação do Assentamento João Batista II - tinha como parceira madre Raimunda Dorilene Pinheiro Pereira, da congregação Franciscanas Missionárias Diocesanas da Encarnação do norte de Minas Gerais. De Montes Claros, onde residia, madre Dorilene veio ao Pará em 2017 e acompanhou muitas reflexões sobre o futuro do Assentamento. Residiu no Assentamento até 2020, quando faleceu, a 11 de agosto desse ano.

Após seu falecimento foi encontrado o projeto Colmeia do Amor, que pretendia desenvolver. O projeto se propunha, a partir da troca de saberes e da troca com o outro, indo ao encontro da alteridade, do espírito de comunidade, apoiar a juventude local. Motivadas pela proposta, dona Dulce, juntamente com suas filhas, Emmanuelle e Karla, decidiram implementar o projeto, em julho de 2021.

Durante o primeiro ano do projeto a equipe trabalhou muito com uma ação de “ouvir o outro”. Criaram um grupo em que mais de 15 famílias participaram e continuam a participar do projeto, trabalhando a cultura por meio de oficinas de troca de saberes - artesanato, corte e costura, dando ênfase no protagonismo das pessoas. O resultado das oficinas é, primeiramente, voltado a todos e todas que participam deles, podendo seus produtos serem usados para o ensino, aprendizado e diversão da comunidade, e até mesmo para serem vendidos, se for desejado. Hoje em dia, muitos dizem que a melhor festa do Assentamento é a da Colmeia, pois todos desenvolvem juntos as atividades, desde pegar a madeira para a construção da barraca até a venda de quitutes, a construção do palco de apresentações e da quadrilha infantil até as diversões apresentadas durante a festa.

O projeto não trabalha somente com as crianças, ainda que a maior parte de suas atividades sejam a elas voltadas; trabalha, igualmente, com a família toda, fazendo com que todos participem e sintam-se protagonistas, sempre pautados pelos saberes coletivos e individuais que são estimulados e trocados durante as oficinas. É importante salientar que o projeto Colmeia, tal qual ele foi pensado, tem caráter religioso, pois foi implementado de acordo com o projeto criado pela madre Dorilene. Alguns exemplos de atividades que o projeto fomenta são: a quadrilha junina feita pelas crianças do projeto, o boi-bumbá, o leilão de rua, a produção de frutas, dentre outras.



Figura 1: Foto da sede do projeto Colméia.

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 02 nov. 2024.

Figura 2: Isaura, Laura, Pedro Lucas, Gabriel, Elano, Alisson Gabriel. Crianças que participam da oficina de música do projeto Colmeia.

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 15 nov. 2024.



O Projeto Colmeia também promove oficinas de instrumentos musicais – feita anualmente junto às crianças e adolescentes da escola Roberto Remigi; oficina de costura, de bolsas e de fuxico – especialmente de brinquedos de fuxico –, promovidas junto aos adolescentes e mulheres adultas e idosas; oficina de Abayoni¹ – boneca feita de pedaços de tecidos pretos com retalhos coloridos – junto a adolescentes e crianças.

Figura 3: Crianças em oficina de artesanato durante o 26º aniversário do Assentamento JBII

Fonte: SISA, por Christian Maciel Reis, em 16 nov. 2024.



¹ Os retalhos em tecido preto são traçados em nós formando uma boneca que é vestida com retalhos coloridos que evocam as roupas de matrizes africanas.

ALVORADA DO DIA 15 DE NOVEMBRO

Por

*Christian Maciel
Emanuelle Almeida
Maria Fernandes
Marina de Castro*

Todo o dia 15 de novembro, as primeiras luzes da aurora testemunham um tributo emocionante ao passado e à jornada dessa comunidade. Às cinco da manhã, um grupo percorre as ruas do Assentamento, trazendo consigo uma sinfonia de vozes e instrumentos musicais. As notas ressoam mais um ano de fundação da comunidade, carregando não só música, mas também lembranças e narrativas de bravura.

Entoando cânticos de batalha que ecoaram como hinos, o grupo presta especial homenagem às residências daqueles que estiveram lá desde o começo. Cada melodia conta a saga da resistência, da solidariedade e do espírito comunitário que sustentam o assentamento nos momentos mais difíceis.

Assim, a Alvorada é um momento de profundo significado para comunidades de assentados, especialmente no contexto dos movimentos sociais ligados à luta pela terra. Realizado ao amanhecer, esse ritual simboliza o renascimento, a esperança e a resistência, fortalecendo os laços comunitários e reafirmando os valores coletivos da luta pela terra e por direitos sociais e é muito importante para o



coletivo. O amanhecer, em si, carrega um simbolismo poderoso: representa o início de um novo dia, a renovação das esperanças e a persistência diante das adversidades. Para os assentados, que frequentemente enfrentam desafios como a falta de infraestrutura, pressões políticas e econômicas, a Alvorada é um lembrete de que cada dia é uma nova oportunidade para seguir lutando e construindo um futuro melhor.

A Alvorada, assim, é um momento de união e celebração da identidade coletiva. Durante o ritual, os assentados se reúnem para cantar, dançar, recitar poesias e compartilhar histórias de luta e superação. Essas atividades reforçam o senso de pertencimento e a consciência de que a conquista da terra e a construção de uma vida digna são frutos

de um esforço coletivo. A música, em particular, desempenha um papel central, com hinos e canções que celebram a resistência e a esperança. A Alvorada também é um espaço para resgatar e preservar a memória das lutas passadas, lembrando os mártires que deram suas vidas pela causa da reforma agrária e as conquistas alcançadas ao longo dos anos. Esse resgate histórico é fundamental para manter viva a



Figuras 1, 2, 3 e 4: Alvorada do dia 15 de novembro de 2023, com a presença de Fernando, Felipe, Davidson Almeida, Carla Pereira e Silvia Emanuelli Almeida.

Fonte: SISA, Por Christian Maciel, em 15 nov. 2023.

história do movimento e inspirar as novas gerações a continuar lutando por justiça social.

À medida que se aproximavam das casas dos pioneiros, as músicas transformam-se em uma expressão de gratidão por cada gota de esforço, por cada semente plantada e por cada obstáculo superado. As melodias se convertem em uma celebração da união que tornou possível alcançar anos de vitórias coletivas.

A celebração da cultura e das tradições é outro aspecto central da Alvorada. Nela, são valorizadas manifestações artísticas como o teatro, a música e a poesia, muitas vezes inspiradas na realidade dos assentamentos. Essa celebração não apenas fortalece a autoestima da comunidade, mas também ajuda a difundir a cultura camponesa para além dos limites do assentamento, promovendo o reconhecimento e o respeito pela luta dos trabalhadores rurais. Em muitas comunidades, a Alvorada também tem um caráter espiritual, incorporando elementos de fé e religiosidade popular. Esse aspecto não se limita a uma crença religiosa específica, mas reflete a conexão profunda dos assentados com a terra e com os valores humanistas que orientam sua luta. A espiritualidade presente na Alvorada reforça a ideia de que a resistência é um ato de amor e dedicação à vida e à dignidade humana.

A Alvorada também é um espaço educativo, no qual são discutidos temas relevantes para a comunidade, como a reforma agrária, a agroecologia, a educação do campo e os direitos sociais. Esses debates contribuem para a formação política dos



assentados, fortalecendo sua capacidade de organização e mobilização. Além disso, a Alvorada é uma oportunidade para envolver crianças e jovens, transmitindo-lhes os valores da luta e da solidariedade. Por fim, a Alvorada é um ato de resistência. Em um contexto em que os assentados enfrentam constantes ameaças, como a criminalização dos movimentos sociais e a expansão do agronegócio, a Alvorada reafirma a determinação de continuar lutando por um projeto de sociedade mais justo e igualitário. Como verbalizado, de maneira insistente, pelos interlocutores, ela é um símbolo de que, mesmo diante das dificuldades, a esperança e a luta permanecem vivas.

Como diz um antigo morador do lugar, “Durante todos esses anos, o Assentamento João Batista II não apenas resistiu, mas prosperou. Hoje, é uma comunidade que enfrenta adversidades com resiliência, erguendo bases sólidas para as gerações atuais e vindouras. A celebração matutina reflete não só o orgulho do passado, mas também a esperança renovada para o futuro, evidenciando que, unidos, a luta e a resistência seguem sendo as forças motrizes dos objetivos que os guiam”.

A MAMORRILHA:

Símbolo de luta e
resistência no
Assentamento
João Batista II

Por

*Áurea Maria
Christian Maciel
Marina Castro*

Bem no coração da agrovila, uma árvore singular chama a atenção de quem passa. Ela está plantada ao lado de um monumento dedicado a Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro. Reconhecido como um dos pensadores mais influentes da pedagogia mundial, Freire é celebrado por sua contribuição à educação libertadora e à pedagogia crítica, que busca transformar a realidade por meio da conscientização e da autonomia dos sujeitos. O monumento, erguido em sua homenagem, simboliza a luta por uma educação que emancipa e humaniza, e a árvore que o acompanha, a Mamorrilha, carrega consigo uma história

tão rica e significativa quanto a do próprio Freire.

A mamorrilha, planta de origem cubana, chegou ao assentamento por meio de um gesto carregado de simbolismo. Em 2005, durante um congresso em Brasília, Aleida Guevara March, filha do icônico revolucionário Che Guevara, entregou uma muda da árvore a dona Áurea, uma liderança local do assentamento. O gesto não foi apenas uma troca de presentes, mas uma conexão entre lutas e histórias de resistência. A Mamorrilha, conhecida por sua resistência e capacidade de adaptação, foi plantada

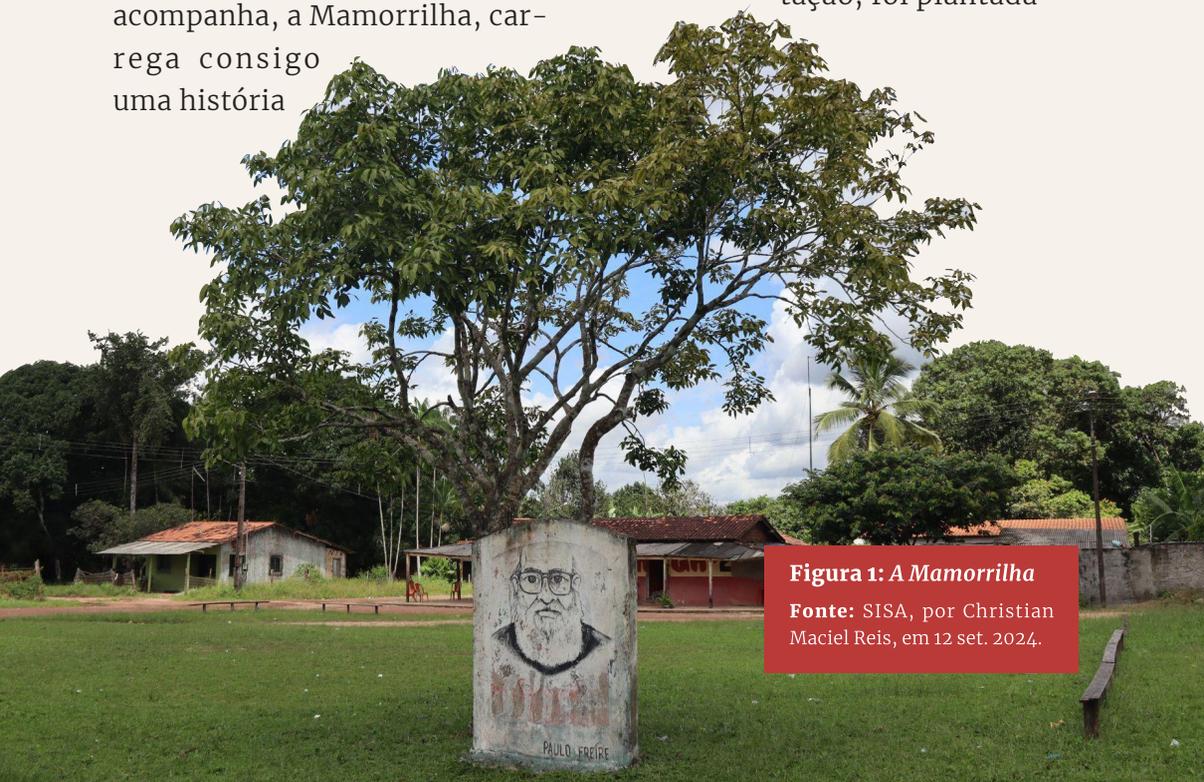


Figura 1: A Mamorrilha

Fonte: SISA, por Christian Maciel Reis, em 12 set. 2024.

no assentamento como um símbolo vivo da solidariedade entre os povos e da luta por justiça social.

Por anos, a árvore cresceu silenciosamente, tornando-se parte da paisagem e da vida da comunidade. No entanto, em 2024, duas décadas após seu plantio, a Mamorrilha surpreendeu a todos ao dar seus primeiros frutos. Esse momento foi celebrado como um marco simbólico, representando não apenas o ciclo natural da vida, mas também os frutos colhidos após anos de dedicação, resistência e cuidado coletivo. Para os moradores do assentamento, a Mamorrilha e seus frutos tornaram-se uma metáfora viva da luta pela terra, da educação transformadora e da esperança que brota mesmo em solo árido.

A presença da Mamorrilha ao lado do monumento a Paulo Freire cria uma narrativa poderosa. Enquanto Freire representa a educação como ferramenta de libertação, a árvore simboliza a resistência e a capacidade de florescer mesmo em condições adversas. Juntos, eles formam um

testemunho da luta e da resiliência do povo do campo, que, assim como a Mamorrilha, segue firme em seu propósito de construir um futuro mais justo e solidário.

Uma muda da Mamorrilha também foi doada e plantada no Assentamento Mártires de Abril, localizado em uma área que antes pertencia à extinta fazenda da empresa Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), no Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), no município de Belém. Desde 1998, a árvore cresce ali como um testemunho da resistência e da luta pela terra, compartilhando com o Assentamento João Batista II o mesmo simbolismo de perseverança e esperança. A presença da Mamorrilha em ambos os assentamentos reforça a ideia de que as lutas camponesas estão interligadas, transcendendo fronteiras geográficas e temporais.

No contexto do Assentamento João Batista II, a Mamorrilha não é apenas uma árvore, mas um símbolo vivo da resiliência das comunidades agrícolas. Ela representa a capacidade de florescer mesmo

em condições adversas, ecoando a trajetória de Che Guevara, cuja vida e ideais continuam a inspirar as pessoas. A entrega da muda por Aleida Guevara, durante o congresso em Brasília, foi mais do que um gesto simbólico; foi um reconhecimento das lutas compartilhadas entre os povos da América Latina e um chamado à união em defesa da justiça social e da igualdade.

A presença da Mamorrilha no assentamento também dialoga diretamente com o legado de Paulo Freire, cujo monumento está ao seu lado. Enquanto Freire representa a educação como ferramenta de transformação e conscientização, a árvore simboliza a resistência e a capacidade de

renovação. Juntos, eles formam um poderoso binômio que inspira a comunidade a continuar lutando por seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. A árvore, com suas raízes cubanas e seu significado revolucionário, enriquece o solo do assentamento não apenas biologicamente, mas também cultural e politicamente, trazendo consigo uma herança de luta e esperança.

Além disso, a mamorrilha serve como um elo entre o passado e o presente, conectando as lutas históricas de figuras como Che Guevara e Paulo



Figura 2: Aleida Guevara, filha de Che Guevara visitou a Vigília Lula Livre e o Centro de Formação Marielle Vive

Fonte: Foto de Maria Francelino, S/F e S/D.

Freire com as batalhas contemporâneas enfrentadas pelos assentados. Um dos nossos interlocutores observa: “A mamorrilha lembra à comunidade que, assim como a árvore, que demorou duas décadas para dar frutos, a luta por direitos e justiça social é um processo contínuo, que exige paciência, dedicação e perseverança. Cada fruto colhido da mamorrilha é uma celebração das pequenas vitórias alcançadas ao longo do caminho, alimentando a esperança de que um futuro melhor é possível.

Por fim, a mamorrilha e o monumento a Paulo Freire não são apenas elementos físicos no assentamento;

eles são parte integrante da identidade coletiva da comunidade. Eles representam a união entre a educação crítica e a resistência política, duas forças que, juntas, têm o poder de transformar realidades e construir um mundo mais humano e solidário. No Assentamento João Batista II, a mamorrilha continua a crescer, não apenas como uma árvore, mas como um símbolo eterno da luta, da resistência e da esperança que move o povo do campo.





Figura 4: Referências do Campo, do MST e do JBI

Fonte: SISA, por William Costa, em 6 jun. 2023.

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO:

as histórias cruzadas
no Assentamento
João Batista II

Por
Ângela Cabral
Christian Maciel
Emmanuelle
Marina de Castro

**Porque a educação não é uma utopia.
(Darcy Ribeiro, 1993)**

A história da Escola Itinerante no Assentamento tem suas raízes entrelaçadas com a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A professora Ângela Cabral, que participou ativamente deste processo, narra como a escola teve origem e tornou-se um ponto fundamental para a comunidade: “Começou Itinerante, ou seja, a escola acompanhava as lutas do MST nas ocupações do Incra, nas marchas de Castanhal para Belém, até a ocupação da terra onde hoje é localizado o Assentamento,” explica a professora.

Na escola itinerante, utilizávamos a metodologia de ensino de Paulo Freire. Muitas vezes, as crianças não tinham cadernos, então improvisávamos com papel ou qualquer material disponível para ensiná-las. O importante era garantir a educação naquele momento de aula.

Enquanto os alunos realizavam suas atividades, nós íamos para a cozinha preparar a merenda para eles e depois retornávamos. A escola itinerante não se limitava a um barracão ou uma casa; podia ser debaixo de uma mangueira, numa estrada, ou até mesmo com o trânsito fechado, criando um ambiente de estudo no meio do buzinaço. O movimento valoriza muito a educação, então, esses momentos eram fundamentais para o aprendizado dos alunos.

Não adianta apenas lutar incessantemente. Precisamos priorizar a educação, pois é por meio dela que aprendemos nossos deveres e direitos e continuamos a nossa luta. (Dona Doraci, 2023)

A instituição teve início antes mesmo da ocupação da terra, datando desde 1998, quando as famílias começaram a organizar-se no acampamento. “A escola passou a funcionar no

Barracão de madeira que foi adaptado para essa finalidade,” revela Ângela. Esse período inicial foi marcado por desafios, mas também pela determinação em proporcionar educação às crianças, jovens e adultos que compunham a comunidade.

A construção da escola envolveu um cuidadoso processo de organização: *“Iniciou com o levantamento de pessoas com ensino médio completo que passaram por formação. Depois, foi feito outro levantamento para formação de turmas com crianças, jovens e adultos para início das aulas,”* destaca a professora. Esse esforço colaborativo, centrado na capacitação de professores locais, evidencia a importância da educação como instrumento de transformação social.

A conquista da escola no assentamento não foi tarefa fácil e demandou mobilização intensa. Ângela Cabral ressalta: *“Foi fruto de muita luta, com organizações das famílias acampadas, comissões para ir aos órgãos públicos, formação de lideranças e ocupação.”* A trajetória da Escola Itinerante reflete não apenas o direito à educação, mas também a resistência e a busca por dignidade por parte das comunidades envolvidas.

Ao longo dos anos, a escola tornou-se um pilar essencial na vida da professora Ângela Cabral. Ela destaca a importância da instituição como um espaço de socialização, interação e aprendizado. *“A escola é um lugar onde aprendo e ensino com as pessoas com as quais trabalho e me relaciono, de maneira especial com as crianças,”* ressalta. A dimensão socioemocional, afetiva e a construção de percepções de mundo são aspectos fundamentais do processo educativo que a Escola Itinerante proporciona.

Professora Ângela destaca, ainda, a contribuição da escola na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, preparados para atuar de maneira ética na sociedade. *“Na compreensão de seus direitos e deveres e na forma de agir na*



Figura 1: Professora
Ângela

Fonte: Professora
Ângela Cabral

sociedade,” enfatiza a professora. Assim, a Escola Itinerante não é apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas uma ferramenta de empoderamento e desenvolvimento integral das pessoas que fazem parte dessa comunidade.

No coração do assentamento João Batista, na região nordeste do Pará, a escola Roberto Remigi, não é apenas um centro educacional, como tantos espalhados pelos centros urbanos. É um testemunho vivo da luta dos trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da transformação que a educação pode trazer a uma comunidade.

A professora Silvia Emanuelle Santos Almeida, que faz parte do corpo docente da escola do Assentamento desde 2003, compartilha a rica história da escola, que remonta a 1998, junto à ocupação do latifúndio. No início, era uma escola improvisada feita de lona, atendendo crianças, jovens e adultos na alfabetização. Silvia relembra: “*Foi feito um levantamento das pessoas que já tinham contato com a educação, e foi formado o primeiro coletivo de professores*”.

Ao longo dos anos, a escola evoluiu, enfrentando desafios e superando obstáculos. Inicialmente, a escola era uma estrutura temporária no acampamento, sem permissão legal do INCRA. No ano 2000, a prefeitura de Castanhal assumiu a



Figura 2: Professora Silvia Emanuelle conversando com a equipe do SISA

Fonte: SISA, por Christian Maciel, nov. 2024.

responsabilidade pela educação, ampliando gradualmente os níveis de escolarização conforme a demanda da comunidade.

O marco da evolução da escola Roberto Remigi foi a inauguração do novo prédio em 28 de agosto de 2008. O progresso não se limitou à infraestrutura; a instituição ampliou sua oferta educacional, cobrindo desde a educação infantil até o ensino médio completo. Silvia destaca a importância da escola para a vida da comunidade: *“A escola é o único espaço público formal de educação, e ela tem uma responsabilidade muito grande sobre a vida de todos nós”*.



Figura 3: EMEIEF Roberto Remigi

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 16 set. 2022.

Mesmo com os avanços, Silvia reconhece os desafios persistentes. Apesar de formar alunos para o ensino médio desde 2009, a transição para a universidade pública ainda é uma barreira para muitos devido à falta de acesso ao ENEM e à sensação de despreparo. A Escola Roberto Remigi não é apenas um local de aprendizado formal; é um catalisador de mudanças. Sílvia destaca como a escola impacta a vida das pessoas, trazendo novos conhecimentos e possibilitando discussões sobre teorias e tecnologias. É fundamental para a tão almejada transformação na vida das pessoas da comunidade, pois, como coloca dona Doraci, cada perspectiva é importante para o aprendizado.

A história da escola no assentamento João Batista tem muito de resiliência, determinação e paixão pela educação. No início, itinerante, acompanhando os acampamentos, caminhadas e todas as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Figura 4: Professora Elcilene Sá com sua turma de primeiro ano.

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 13 nov. 2024



Dona Doraci recorda os primeiros dias da escola itinerante: “Onde nós estávamos, a primeira coisa que era feita era o baracão da escola, porque nós trazíamos famílias que vinham da periferia que estudavam. Para onde íamos levávamos a escola junto” (06 jun 2023). No acampamento, eles estabeleceram a primeira escola, formando um setor de educação composto por onze educadores voluntários.

Em 2000, com a mudança para o assentamento e a ocupação da sede da fazenda, a escola expandiu suas instalações, abrangendo três salas de aulas para uma multissérie, educação infantil e primeiro ano do ensino fundamental. Nesse período, o trabalho era totalmente voluntário, sem vínculo com a secretaria de educação de Castanhal.

Foi somente em março de 2002 que a escola estabeleceu uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Castanhal, permitindo a contratação de três professores, enquanto os demais continuavam como voluntários. A partir desse ponto, a escola expandiu sua oferta educacional,

incluindo a formação para jovens e adultos à noite, com professores tanto voluntários quanto contratados.

O ano de 2007 marcou o início de uma nova fase, quando a comunidade escolar começou a reivindicar a construção de uma nova escola. Não obtiveram sucesso imediatamente e, devido à falta de condições no barracão, ocuparam casas vazias da vila para continuar suas atividades educacionais.

A perseverança de dona Doraci e da comunidade finalmente trouxe frutos, em 2008, com a inauguração da nova escola. Esse marco representou não apenas um prédio físico, mas também um símbolo da dedicação incansável à educação e da superação de desafios. A Escola Itinerante, agora estabelecida em seu novo lar, continua sendo um farol de educação no assentamento. Dona Doraci conclui, orgulhosa: “A escola mostra a evolução da educação na área de assentamento, que nós chamamos de escola do campo”.

Figura 5: Maria Doraci falando sobre a potencialidade do seu aprendizado no MST e os cursos e diplomas conquistados junto ao Movimento.

Fonte: SISA, por William Costa, 11 out. 2023.



Dona Doraci conta um pouco do que testemunhou com relação à educação no assentamento e observa que “há um pouco de luta em tudo”. Durante a ocupação, a escola era improvisada sob as mangueiras, mas com esforço, transformaram a antiga sede da fazenda em uma escola. Inicialmente voluntária, Doraci foi contratada em 2004. A luta pela escola, pelo prédio físico e oficial, continuou, apoiada por protestos e ocupações. O primeiro pavilhão veio com três salas de aula para o ensino fundamental, seguido pelo pavilhão do ensino médio.



Figura 6: aula de artes e educação física, professora Emanuelle com aluna

Fonte: SISA, por Christian Maciel, 07 jun. 2024.

Figura 7: Aula de artes e educação física, com o professor Lindemberg e as alunas Isaura, Ada, Ediene, Ayla, Laura, Ágata, performatizando ao som da música tocada por outros alunos e professores.



Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 16 nov. 2024.

A escola foi um fator motivador na vida de Doraci, que retomou os estudos após entrar no movimento. Concluiu as etapas da educação básica dentro do assentamento. Atualmente, estuda no Instituto Federal do Pará (IFPA), cursando Licenciatura em Educação do Campo, com formatura prevista em um ano e meio. Doraci tem planos de retribuir à comunidade e pretende lecionar na escola do assentamento. Sua história é um exemplo entre tantos sobre como a educação é importante na vida de uma pessoa, independente de onde ela viva, seja nas grandes cidades ou, principalmente, no campo.

NOTAS SOBRE DONA MIRIAM

Por
Christian Maciel
Marina de Castro
Miriam do Monte

O povo é o movimento. Sem o povo não existe nada.

(Dona Miriam, 2024)

Antiga feirante no Ver-o-Peso, Miriam, juntamente com duas companheiras, Áurea e Conceição, ouviram falar do MST. Poderia ser a solução? A promessa de vida que esperavam? Dona Miriam nos confiou: “Na época, não entendia nada de política, mas eu tinha raiva”. Ela acabou indo parar no acampamento do Aurá, onde já se encontravam outros trabalhadores que queriam terra para trabalhar:

Aí eu fui lá com a minha irmã pra ver, só com a minha identidade. Chegou lá, que eu olhei assim, aquele monte de barraquinha, aquelas coisas muito bonitas, no meio do mato, e dei de cara com isso aqui. Meu Deus, o negócio é bom! E desde esse dia, eu não saí mais. Fiquei logo lá.

Segundo dona Miriam, na cidade “o povo não entende quase nada do que é isso. A gente vota por votar, induzida pela propaganda, sem entender direito como a política decide a vida das pessoas. Aí, eu já fui em casa, peguei minha sacola e vim embora”. Dona Miriam ingressou no MST e, em pouco tempo, incomodada como se sentia, acabou ocupando-se da Coordenação de Disciplina:

De lá, eu comecei a viajar. Fazer trabalho de movimento. Fui pra fazer cursos fora, em Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre; estava sempre em formação.

Fiz um curso sobre a realidade brasileira. Em Porto Alegre, passei três meses estudando também lá. E viajei muito. E ajudei muitos acampamentos, muitos assentamentos. Conheci muito; passei um tempão fora. Eu não parava num assentamento. Eu viajava demais.

Porque aí, eu fiz um curso como frente de massa. O que é frente de massa? O que é frente? É pra entrar numa terra, nas terras. Eu fui a única mulher que fez esse curso pra ir ocupar as terras improdutivas e com dívidas de fazendeiros. Aí, nós fomos começar a entrar nas terras com as pessoas. Visitando e acampando.

Dona Miriam observa que a partir das experiências que teve junto ao Movimento dos Sem Terra “apaixonou-se” pelos movimentos sociais.

Eu fui entender o que eram os movimentos. O que era a necessidade do povo. Como era que eles sofriam na cidade. Passando pelo latifúndio que tomou nossa terra, né? E jogando o povo e o pobre na miséria, que é a baixada da cidade. E lá eu ía, como muitos, passando miséria.

Dona Miriam observa a importância da CNBB e da CUT, assim como das religiões, no apoio ao Movimento dos Sem Terra e nas conquistas do MST. Ainda que os tempos tenham mudado, e a coesão não seja como outrora, “Nossa história”, diz ela, “nunca acaba”.



Figura 1: Dona Miriam mostrando um de seus artesanatos

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 2024.

A história de dona Miriam é uma descrição intensa e emocional de uma série de eventos violentos e desafiadores enfrentados pelo MST. Dona Miriam relata como foi atacada fisicamente, certa vez, por um policial, no Rio Grande do Sul. Outras e outras agressões seguiram-se. Essa triste história é uma dentre muitas. Seguiram-se novos desafios, acampamentos, confrontos com a polícia e com proprietários rurais.

A luta constante fortaleceu dona Miriam, que se identifica como uma revolucionária. Apesar das cicatrizes físicas, como uma lesão no joelho, e a perda de seus pais, ela permanece firme e disposta a enfrentar novos desafios. A história reflete a resistência e a determinação em continuar a luta por justiça e igualdade, mesmo diante de adversidades:

Para conseguir essa terra, eu fiz uma caminhada do Rio de Janeiro até Brasília, a pé. O meu pé encheu por causa dessa terra. *Quando cheguei aqui, não sabia sequer carregar um feixe de leite ou manusear uma enxada. No início, tinha 20 calos nas mãos e nos pés, e pensei que não aguentaria.*

Atualmente, dona Miriam, uma das principais lideranças do Assentamento, reelabora seu percurso sempre procurando uma posição ilocutória que ressalte a descoberta da consciência crítica coletiva:

Essa experiência, embora repleta de obstáculos, fortaleceu minha determinação e ampliou meu entendimento sobre o mundo e o trabalho árduo necessário para conquistar nossos objetivos. A gente não sabe como as coisas funcionam, então, a gente não sabe ir atrás dos nossos direitos. Porque é bom manter o povo ignorante, porque assim ele não corre atrás dos seus direitos.

Figura 1: Visita ao lote de Dona Arlene para conhecer sua granja e produção de ovos.

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 6 Jun. 2023.



**NOTAS SOBRE
DONA CHERMONT:
A cozinheira do
"feijão bala"**

*Por
Christian Maciel*

Aos 84 anos, Dona Chermont carrega no olhar a sabedoria de quem viveu intensamente a história do Assentamento João Batista II. Evangélica e apaixonada por viagens, ela faz parte da memória viva da ocupação, onde mora há 26 anos. Seu envolvimento com o movimento começou ainda em Belém, quando participou da segunda reunião de organização, em 1998. Foi uma de suas filhas que a apresentou à luta pela terra, e desde então, ela nunca mais se afastou.

Dentro do movimento, Dona Chermont encontrou sua forma de contribuir: a cozinha. Com mãos experientes e cheias de disposição, ficou conhecida por preparar o “feijão bala”, um grão de qualidade inferior, que passava horas no fogo sem amolecer. “Podia cozinhar o tempo que fosse, mas ele não se entregava”, relembra, rindo. A cozinha era coordenada pelo saudoso Benezão, e as refeições eram servidas no grande barracão, onde ninguém ficava sem comer. Até hoje, ela não consegue mensurar quantas pessoas alimentou naquele período.

Seu papel na comunidade não se limitou à cozinha. Quando a primeira escola do assentamento foi criada, Dona Chermont assumiu a função de merendeira, tornando-se a primeira responsável pela alimentação dos alunos do Colégio Roberto Remígio.

O orgulho de sua trajetória se reflete na família. Mãe e avó dedicada, vê seus filhos e netos trilhando caminhos promissores. Entre eles, há uma assistente social, um técnico em enfermagem e uma administradora, além de netos empenhados nos estudos. Mesmo com uma vida de lutas e conquistas, Dona Chermont não pensa em parar. No assentamento, ela segue plantando roça, produzindo farinha e criando galinhas. “Enquanto Deus permitir, eu sigo fazendo o que amo”, afirma, com a certeza de quem encontrou na terra seu verdadeiro lar.



Figura 1: Dona Chermont em entrevista a equipe do SISA.

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 17. nov. 2024.

NOTAS SOBRE DONA ÁUREA

Por
Áurea Maria
Christian Maciel
Marina de Castro

Quando tinha entre oito e nove anos, dona Áurea ia para o internato Madre Celeste com uma freira, onde passava o dia ajudando e aprendendo muitas coisas, especialmente sobre enfermagem e o cuidado com o outro. Anos mais tarde, ao chegar ao Assentamento, dona Áurea, com essa experiência, mesmo que superficial, ficou responsável pelos cuidados de saúde coletiva. E tal responsabilidade se estende até os dias atuais, perfazendo 26 anos de dedicação à saúde da comunidade.

Ainda no início do acampamento, em Ananindeua, dona Áurea foi convidada a se inscrever para receber um pedaço de terra e trabalhar. Ao fazer a inscrição, voltou para a casa do pai, onde havia deixado os filhos, e pegou consigo apenas o essencial para levar para o acampamento: uma colher, uma faca, uma rede, uns pratos, um lençol, lona preta, uma enxada,



Figura 1: Dona Áurea na praça central da agrovila.

Fonte: SISA, por Christian Maciel, 07 jun. 2023.

um terçado e uma bíblia. Sua filha Maria ficou sob a guarda dos avós maternos, junto com os dois filhos mais velhos, Edmilson e Alan.

Mais tarde foi convidada pelo MST a fazer um curso de medicina em Cuba, mas recusou a oferta para poder cuidar dos filhos, ainda pequenos, bem como de seu lote no Assentamento. Não obstante, buscou reunir conhecimentos tradicionais a respeito de plantas, ervas e suas propriedades, agregando sabedorias tradicionais a informações contemporâneas. E realizou um curso de técnica de enfermagem na Universidade do Estado do Pará (UEPA), através do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (PROFAE), do Governo Federal.

No começo, sem muitos recursos, preparava pomadas de arruda, para queimaduras, com banha de porco ou gordura vegetal e cera de vela. Fazia pomadas cicatrizantes com meracilina e folhas de goiaba. Produzia chás, de folha amarela de mamão, para infecções gastrointestinais. E, durante todos esses anos, realizou oito partos no Assentamento.

Há 25 anos é responsável pelo posto de saúde José Rufino dos Santos. Visita casas, acompanha os atendimentos médicos, faz curativos e prepara prontuários. É a única agente de saúde do lugar, Sua casa é reconhecida como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Assentamento, um local de referência para qualquer problema que alguém da comunidade possa ter.

Figura 2: Café da manhã do 26º aniversário do JBII
Fonte: SISA, por Marina Castro, em 16 nov. 2024.



AS ASSOCIAÇÕES PRESENTES NO ASSENTAMENTO

*Por
Sandra Oliveira
Christian Maciel
Marina de Castro*

Associação Comunitária dos Agricultores do Assentamento João Batista 2, a ACAJOB.

Segundo Sandra Oliveira, a associação é fundamental para todos os agricultores. “Sem associação a gente não consegue legalizar, obter política pública, o crédito tanto via Inbra quanto do Pronaf – hoje o Pronaf é o único que os agricultores têm acesso neste momento. Projeto voltado para os agricultores, crédito de fomento para produzir”.¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) atua principalmente como intermediário no acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para agricultores assentados e beneficiários da reforma agrária. O INCRA orienta os agricultores sobre o crédito rural, como o Pronaf, e auxilia na obtenção de assistência técnica, por meio de entidades credenciadas, como as empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

¹ Sandra, em conversa no dia 11 agosto 2024.

Para acessar o Pronaf, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o novo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf). Após isso, é necessário procurar uma empresa credenciada pelo INCRA e pelo banco operante, como o Banco da Amazônia, que fornecerá o crédito necessário para financiar projetos individuais ou coletivos voltados à agricultura familiar. Essa assistência técnica ajuda a elaborar e acompanhar o uso do crédito

De acordo com Sandra, presidenta da ACAJOB, o Assentamento João Batista 2 (JB2) tem grandes dificuldades por causa da falta de execução do Termo de Cooperação Técnica entre o Inbra e a Prefeitura de Castanhal. No mês de março de 2024, chegaram a ter reunião, entre o MST e a Fetraf (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar). A Fetraf ficou de assinar o termo entre o INCRA e a entidade para fazer a elaboração dos projetos em benefício dos agricultores assentados. “Tem que fazer o termo de cooperação técnica. Mas isso só ocorre se mudar o prefeito, pois o atual não apoia o projeto e não dá andamento

ao mesmo”, observou Sandra. No município de Castanhal o assentamento mais antigo é o Cupiúba, que tem em torno de 30 anos; e o João Batista II está completando em 15 novembro de 2024, 26 anos.

A assinatura do termo de cooperação técnica entre o município de Castanhal — ainda marcado por um forte conservadorismo, segundo Sandra — e o Incra ocorreu após uma longa resistência por parte da administração local. Até então, Castanhal se recusava a firmar o acordo, prejudicando diretamente os trabalhadores rurais da região. Como consequência, os assentados do JBII perderam o acesso a programas essenciais, como o Fomento Mulher, o PRONAF Jovem, a titulação de terras e o direito à reforma e construção de casas. Embora o termo tenha sido assinado em 2022, nenhuma medida foi efetivamente implementada. A princípio, a prefeitura formalizou o acordo, mas os materiais nunca chegaram aos assentados. O Ministério Público estadual notificou o município, solicitando a devolução do material enviado pelo Incra, mas, segundo Sandra, Castanhal sequer

chegou a recebê-lo. Em vez disso, a prefeitura arcou com os custos da contratação de técnicos para realizar o trabalho, sem que houvesse um desfecho concreto para os assentados do JBII.

Hoje, a ACAJOB pode cadastrar-se diretamente no Incra para fazer o termo de cooperação técnica. No entanto, ainda segundo Sandra,

É demandado da ACAJOB uma série de requisitos e documentações como o CAF - Cadastro de aquisição de alimentos que era a DAP, hoje é CAF. Só tem acesso ao PRONAF se tiver CAF A - para quem nunca pegou PRONAF; CAF V, para quem já pegou pronaf. Hoje tem 17 CAF V atualizadas, e 13 CAF A. Foi entregue ao INCRA nacional, em Marabá; outro em Belém, foi entregue essa pauta conjunta com todos os movimentos sociais ao INCRA. (Sandra, em 11 agosto 2024)

Universidade Federal de Viçosa, fez a visita ao assentamento em outubro de 2023 para fazer a Visita Ocupacional, ou seja, fazer o levantamento de todo o Assentamento e dos Assentados, indicando quem é regularizado e quem ainda não é, para saber o que falta e o que precisa ser feito, inclusive com fotos dos Assentados, da Agrovila e dos

lotes, e o georreferenciamento. A função é regularizar a vida de todos e de cada um.

Desafios e esperança: A luta dos assentados pela superação das dificuldades

A vida no assentamento rural é permeada por desafios que vão além da produção agrícola, sendo a comercialização um dos principais entraves para os agricultores. As precárias condições da estrada que conectam o assentamento ao mercado agrava ainda mais essa dificuldade. As vias de terra, marcadas por desnivelamentos e lamaçais, tornam o trajeto árduo e, em períodos chuvosos, muitas vezes inviável. Esse cenário compromete não apenas a logística de escoamento, mas também a qualidade dos produtos, que frequentemente chegam danificados ao destino, reduzindo seu valor comercial e impactando a renda dos produtores.

Além da precariedade da infraestrutura, os assentados são forçados a lidar com a exploração imposta pelos atravessadores, que se apropriam da mais-valia gerada

pelo trabalho agrícola. Ao adquirirem os produtos diretamente dos agricultores por preços irrisórios, esses intermediários ampliam a expropriação da força de trabalho camponesa, garantindo sua própria acumulação às custas da precarização das condições de vida dos produtores. Esse processo reforça a lógica do capital, que subordina o trabalhador rural às dinâmicas de mercado e o mantém em uma condição de dependência estrutural, impedindo a justa retribuição pelo valor socialmente produzido.

Cientes dessas dificuldades, os assentados têm apontado soluções que podem transformar essa realidade. Uma das principais propostas é a criação de locais específicos para a venda direta dos produtos, como uma feira do agricultor. Esse espaço possibilitaria que os agricultores comercializassem suas mercadorias diretamente com os consumidores, eliminando a necessidade de atravessadores e garantindo um preço justo tanto para quem vende quanto para quem compra. Outro problema surgiria. A grande maioria não tem transporte próprio, e nem mesmo coletivo à disposição dos assentados,

exceto uma única linha de ônibus que serve o assentamento uma vez ao dia, quatro dias por semana.

Outra ideia promissora é a elaboração de um selo de produção e qualidade que autentique os produtos do assentamento. Esse selo serviria como uma marca de confiança, destacando a origem e a qualidade dos produtos, além de valorizar o trabalho dos agricultores. Com essa certificação, os assentados poderiam conquistar novos mercados e fidelizar consumidores, assegurando que seus produtos sejam reconhecidos e valorizados.

No entanto, para que essas soluções se concretizem, os assentados sabem que precisam de apoio. Eles reivindicam a implementação de políticas públicas que garantam melhores condições para o transporte dos produtos, como a disponibilização de veículos apropriados para o escoamento das mercadorias. Além disso, é fundamental que haja incentivos vindos de todas as esferas governamentais — municipal, estadual e federal — para fortalecer a produção agrícola e garantir que os

agricultores possam comercializar seus produtos de maneira justa e sustentável.

A luta dos assentados pela comercialização justa de suas mercadorias é um reflexo de sua determinação em superar as adversidades. Com organização, criatividade e apoio, esses trabalhadores rurais estão transformando desafios em oportunidades, construindo um futuro onde o valor de seu trabalho seja plenamente reconhecido e recompensado.

No cenário atual dos assentamentos rurais, as dificuldades financeiras se estendem por gerações, criando um ciclo de inadimplência que afeta profundamente as famílias agricultoras. Uma das principais barreiras enfrentadas pelos assentados é a herança de dívidas coletivas, que impede o acesso a novos créditos e oportunidades de crescimento. Essas dívidas, acumuladas ao longo dos anos, deixaram muitos agricultores sem a possibilidade de financiar suas atividades produtivas e, por consequência, sem a chance de prosperar.

Com a recente substituição da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pelo Cadastro de Agricultura Familiar (CAF), muitos agricultores renovaram suas esperanças. Esse novo sistema busca fortalecer a agricultura familiar e ampliar o acesso a políticas de financiamento, como o Pronaf Jovem, destinado a agricultores entre 16 e 29 anos. No entanto, a inadimplência dos pais, decorrente de dívidas acumuladas pela ausência de políticas públicas efetivas para o setor, continua a ser um obstáculo. Sem a devida assistência do Estado com políticas sociais direcionadas ao setor, esses jovens seguem impossibilitados de acessar os recursos necessários para dar continuidade ao trabalho agrícola.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Assentamento João Batista II é a individualização das dívidas junto ao Banco da Amazônia. Essas dívidas foram inicialmente contraídas por outra associação que operava no assentamento até 2004. A partir de 2005, a Associação ACAJOB, filiada à Fetraf, passou a representar os assentados, permitindo que

muitos agricultores acessassem créditos do Pronaf. No entanto, a falta de uma resolução definitiva para a individualização dessas dívidas ainda limita o pleno acesso ao financiamento, dificultando a autonomia dos trabalhadores e comprometendo o desenvolvimento da produção agrícola no assentamento.

Em 2018, a ACAJOB trouxe mais uma conquista para a comunidade: o Contrato de Concessão de Uso (CCU), um documento que garante a permanência e a exploração do lote no assentamento. Assegura também o acesso aos créditos oferecidos pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar.

Entretanto, o fantasma das dívidas passadas ainda assombra a comunidade. A renegociação dessas dívidas é uma tarefa árdua, mas essencial para que os assentados possam recuperar sua capacidade de acesso a novos créditos e continuar a crescer. A ACAJOB, junto com a Fetraf, continua na linha de frente dessa luta, buscando soluções que permitam aos assentados superarem suas

dificuldades financeiras e, assim, garantir um futuro mais próspero para as próximas gerações.

A história desses assentados é uma história de resistência e esperança. Mesmo diante das dificuldades, eles continuam a lutar por

seus direitos e a buscar maneiras de melhorar suas vidas e de suas famílias. Através da união e do apoio mútuo, eles seguem em frente, determinados a superar os desafios que surgem em seu caminho.



Figura 1: Café da manhã do 26º aniversário do JBII
Fonte: SISA, por Marina Castro, em 16 nov. 2024.

Figura 2: Ana Carolina lendo em grupo.

Fonte: S/R, em 2024



MEMÓRIAS EM PAPEL:

A pasta vermelha
do Assentamento
João Batista II

Por
Christian Maciel
Sandra Oliveira

A fotografia é um instrumento fundamental para explicar um período e contruir vínculos com o passado
(Sandra Oliveira, 2024)

É dentro de uma pasta vermelha, guardada com carinho e reverência, que se encontra parte da história do Assentamento João Batista II. Entre as páginas amareladas pelo tempo, recortes de jornais da década de 1990 preservam as manchetes que relatam as lutas, conquistas e desafios enfrentados pelas famílias que ousaram ocupar e transformar aquelas terras.

Sandra, atual guardiã da pasta vermelha, recebe visitantes com entusiasmo, exibindo os registros que não apenas contam a história, mas mantêm viva a memória coletiva do assentamento. Esses fragmentos de notícias foram cuidadosamente reunidos preservados, ao longo dos anos, por dona Miriam, que, após anos cuidando do acervo, confiou a Sandra a missão de manter a coleção de imagens.

Para Sandra, essa pasta representa um vínculo profundo com o passado, uma fonte de pesquisa inestimável para estudiosos e pesquisadores que se dedicam a entender as origens do assentamento. É também uma ferramenta educativa para os assentados mais recentes, que buscam conhecer a história da terra que hoje habitam e cultivam.

Os recortes, coletados de jornais impressos, narram o difícil início da ocupação, o enfrentamento com os fazendeiros locais, a organização da comunidade e as primeiras conquistas em busca de direitos básicos, como



Figura 1: Sandra mostrando as fotografias retiradas de jornais e que guarda na pasta vermelha, acervo do Assentamento do MST, João Batista II

Fonte: SISA, por Christian Maciel, em 17 set. 2024.

terra, moradia e trabalho. São manchetes que ecoam as vozes de homens e mulheres que acreditaram no sonho de transformar a terra em vida.

Sandra se orgulha do papel que desempenha ao preservar essa memória. Ela sabe que, sem essa pasta, muitas histórias poderiam se perder no tempo.

A pasta vermelha é percebida, pela comunidade, como um elo entre passado e presente, entre memória e realidade. Ela não só guarda o registro de uma história de resistência, mas também simboliza a importância de preservar as narrativas de quem lutou para transformar o Assentamento João Batista II no que ele é hoje.



Figuras 2, 3 e 4: fotografias retiradas de jornais e que guarda na pasta vermelha, acervo do Assentamento do MST, João Batista II

Fonte: SISA, Christian Maciel, em 17 set. 2024.

relatos de um lugar não tão distante

Por
Ana Beatriz da Silva Souza
Leandra Souza

A primeira vez que tive a oportunidade de conhecer o Assentamento João Batista II, foi em uma visita de campo — com a minha turma de graduação da Faculdade de Comunicação da UFPA. Eu estava encantada em como o tempo passava, em como as coisas funcionavam por lá. Silencioso, calmo e quieto – será sempre a maneira como irei descrevê-lo. Tempos depois, decidi que iria fixar minha pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no assentamento. E a partir de então, visitei o espaço por mais três vezes para estudar, pesquisar e entender uma temática que a muito tempo pulsava nas veias: a maternidade. Mas aqui vale um adendo, sou fissurada por estudar esse tema desde o início da graduação, mas nunca conseguia visualizar onde poderia ser aplicado, onde eu seria acolhida para me debruçar com um verdadeiro olhar de pesquisadora. E foi no assentamento que eu encontrei acolhimento e generosidade para adquirir um material no qual me debrucei nos últimos meses, a fim de entender por meio de relatos profundos e extremamente delicados, como as mulheres/mães assentadas constroem a maternidade naquele lugar.

Na minha última visita (a mais memorável), convivi com as pessoas que compõem o assentamento por sete dias inteiros. Mas às vezes chego a pensar que os tais sete dias, foram na verdade anos. Digo isso, pois a Leandra que adentrou aquele espaço, não foi a mesma que, dele, saiu. Como meu principal objetivo era realizar as entrevistas semiestruturadas para a minha pesquisa, eu vesti a camisa de pesquisadora e não parei. Era um vai e vem, de uma casa a outra. Sempre procurando mulheres que estivessem disponíveis a serem entrevistadas. De práxis, começava com perguntas genéricas, para quando chegasse o momento adequado, perguntar algo



do tipo: “Se abra comigo, conte como você construiu a sua história materna?”

Algumas estavam dispostas a responder de acordo com a realidade — ou até desabafar —, expor tudo aquilo que as exauria na maternidade (função que para o patriarcado é considerada simplória). Outras estavam tímidas ou envergonhadas, em supostamente confessarem que os filhos dão trabalho e que, a sapequice e a agitação de cada um, cansa e muito. Lembro de duas ocasiões, as quais indaguei as mães com uma pergunta simples: “*Eles são sapecas?*”. E elas meio que abruptamente respondiam não. Mas ao mesmo tempo em que respondiam isso, as crianças estavam fazendo as maiores travessuras possíveis. Veja bem, não estou dizendo que é errado o que as crianças estavam fazendo, na verdade é o natural. Mas sabe o que não é natural? Uma mãe sentir que está desrespeitando a si mesma ou ao próprio filho por admitir que sim, eles dão trabalho e sim, ela está cansada.

E é evidente que esta não é uma narrativa apenas de mulheres do assentamento. É algo do contexto social de como a maternidade constitui-se ao longo dos anos, a partir de uma visão eurocêntrica. Mas poder investigar esse comportamento em um espaço, no qual as mulheres demonstram-se como lideranças, é identificar que as práticas do machismo e do sexismo existentes na sociedade, são capazes de penetrar até mesmo ambientes onde a atuação matriarcal é mais forte. E com isso, revelar aspectos similares da maternagem que configuram a mulher como única responsável pelo cuidado dos filhos, da casa e do lar.

Entre os tantos relatos que adquiri na minha última visita, três jamais alcançaram o esquecimento da minha mente.

Começo com Erlane da Silva, jovem de 26 anos e mãe de quatro crianças — uma das mais jovens que entrevistei. Durante a nossa conversa, eu a indaguei sobre o seu cansaço em relação à maternidade e sobre quando ela precisava de ajuda com as crianças, com quem ela poderia contar? Depois de um suspiro e um sorriso de canto, confessou: “É como diz aquele ditado, né? É eu e eu de novo”. Erlane é mãe solo, e em poucos minutos do nosso encontro, antes mesmo de ela proferir essa frase, consegui fazer a leitura perfeita de que o eu estava pesquisando e buscando no assentamento, estava no caminho certo.

Depois teve a Francisca Teixeira, mais conhecida como Chica pelo assentamento. Figura divertida, no decorrer da entrevista eu me controlava para não rir à medida que ela contava sua história. Pareceu-me que após anos de lida e dificuldade, Chica encontrou na risada uma maneira de suavizar o sofrimento da vida. Mãe solo de oitos filhos — que hoje não moram mais com ela — pôde buscar aprender aquilo que na infância não foi possível: ler e escrever. Atualmente, Chica faz parte de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (Eja) na Escola Roberto Remigi, localizada no assentamento. Está sendo alfabetizada e ao me dizer isso, relatou que já consegue entender as letras e formas palavras. “Eu já sei fazer nome de casa, né? Eu aprendi a fazer casa eu trouxe as letras na cabeça, cheguei aqui e botei no papel.”

Por fim, veio a Marília Rosenda, mãe também de quatro filhos, casada e residente de um lote. Em nossa conversa, Marília disse algo que define exatamente o que significa um dos maiores símbolos de resistência das mulheres na luta camponesa: o exercício da maternidade e a construção dela, em meio às revoltas, ocupações e protestos que garantem a reforma agrária. “*Meus filhos são tudo fruto dos sem-terra*”.



Simplemente um dos mais sublimes atos de militância que uma mãe assentada pode ter. Resistir, ocupar e conquistar uma terra para prover igualitário para os seus filhos.

Com esses depoimentos e tantos outros que estão gravados em uma pasta na nuvem, entendi que estava e estou caminhando na direção certa para explorar uma temática que precisa ser estudada no interior de qualquer espaço de convívio social. Tais histórias me permitiram visualizar várias das complexidades que a maternidade submete as mulheres. Em determinadas situações, amparar e cuidar dos filhos é um dever sacrificante. Às vezes é preciso lutar contra si mesma para deixá-los seguir seu próprio caminho. Outras vezes é preciso mantê-los em resistência junto de si, para ensiná-los sobre a luta pela terra. Mas em todas as vezes, situações e ocasiões é amá-los infinitamente. E essas não são percepções minhas, afinal eu não sou mãe. São percepções a partir do relato de mulheres que expuseram suas dores, amores e temores relacionados à maternidade. E o que posso dizer é que enquanto pesquisadora, eu me senti mais que contemplada. Já enquanto filha, eu pude compreender tanto mais a minha própria mãe.

Figura 1: Recepção da UFPA na escola do Assentamento JBII, EMEF Roberto Remigi

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 06 jun 2023.



MEMÓRIAS PARTILHADAS:

A importância da história
e dos registros para os
Assentados

*Entrevista com sr. Igor,
Sr. Antônio Maria de Lisboa,
Sr. Aldevais e Sr. Jorge Souza*

Pelo Sr. Lisboa

Sou Antônio Maria Lisboa, tenho 73 anos, e sou agricultor. Poucas pessoas que chegam depois de nós não sabem da dificuldade que eu e os filhos de assentados enfrentamos. Hoje, essas lembranças das origens, que foram fundamentais para chegarmos até aqui, não são tão conhecidas. Por isso, hoje eu posso dizer que parablenizo vocês por resgatarem isso. Esse memorial que vocês estão criando vai ficar na memória de todos e também será registrado nas páginas da história. ... Sempre digo que a palavra, por si só, já carrega um peso enorme.

Eu entrei no movimento no dia cinco de maio de 1998, e na semana seguinte já me chamaram para ajudar a fazer cadastros. Nós começamos a fazer os cadastros, em Castanhal. Mas com medo, porque a situação era muito difícil. Mesmo assim, continuamos. Podemos dizer que hoje está mais fácil, mas na época era uma correria, um trabalho de base que exigia muito de todos nós. [...] Naquela época, era difícil concluir uma reunião completa, porque sempre chegavam pessoas que conheciam os pistoleiros da região, e havia muita tensão. Algumas coisas aconteciam por ali, como o fechamento de lotéricas em Castanhal.

Conseguimos fazer o acampamento, graças ao apoio do PT, que nos ajudou a organizar as tarefas. Nós andávamos todos juntos, e o companheiro que estava

à frente do PT na época nos ajudou a montar tudo. O professor Lucas, o professor Raimundo, Valdeni Rocha e Araceli estavam à frente, defendendo a causa. Havia também outras pessoas que nos davam muito apoio, principalmente em Castanhal.

Quando decidimos fazer o acampamento, marcamos primeiro um acampamento provisório. Esse foi o primeiro acampamento, realizado no dia 11 de junho de 1998. Depois, seguimos com a ocupação do terreno, onde organizamos um acampamento com mil e quinhentas famílias. Foram mil e quinhentas famílias unidas, pessoas de grande valor, que estavam ali lutando por um objetivo comum. [...]

Liberaram cinco mil reais em Castanhal, uma quantia que, mesmo sendo modesta, foi significativa. Lembro-me de uma pessoa, baixinha, cujo nome não me recordo agora, mas que cedeu a terra para nós, mesmo com todas as dificuldades. O poder local tentou nos expulsar, chamando a polícia, mas eles não conseguiram. Ficamos lá até o dia 2 de setembro. Deus abençoou nossa luta, e até minha passagem por lá, na marcha da canela, foi inesquecível: idosos, crianças, todos caminhando lado a lado, unidos pelo mesmo propósito.

Nós saímos de alguns locais que nunca serão esquecidos, como o Caíque, lá na COHAB, em Castelo. Paramos para tomar café e seguimos nossa jornada. Saímos às seis horas da manhã, com os papéis em mãos, e almoçamos no caminho. Chegamos no dia 5, onde já tínhamos dois acampamentos montados: um na Praça da Matriz, em Ananindeua, e outro em Belém, que cresceu bastante. O Barros, que faz parte da história do nosso acampamento aqui, que se chama de Analício Araújo Barros, conhecido como “Fusquinha” - falo isso aqui, porque é importante a gente guardar na memória, sobre o nome, pois tem gente que não sabe, mas é importante gravar na memória. Às vezes, é necessário ter alguém que, mesmo sendo analfabeto, carrega uma história tão grande quanto um elefante, como o Barros. É importante o registro dele. No dia 2, quando nos encontramos no café, como eu disse, subimos para os dois acampamentos em Belém. Dormimos na Praça da Bíblia, no Entroncamento, um lugar que também faz parte dessa história.

Lá estávamos todo mundo sujo da viagem a pé, com carros passando por cima, caminhoneiros por todos os lados. Ficamos lá até o dia seguinte, quando saímos em direção à Praça da República. O lugar estava destruído. Alguns dos nossos companheiros foram espancados pela polícia, que revistava todo mundo com gritos e

violência. A questão dos direitos que estavam sendo sonegados era o motivo de toda aquela tensão, mas seguimos em frente.

Passamos por tudo aquilo e não voltamos para a praça. Ficamos dois dias lá, na praça que hoje é uma conquista do povo nordestino, onde o órgão responsável, o INCRA, entrou em cena para negociar conosco. Depois disso, tivemos que sair de dentro do acampamento e ficar do lado de fora. Jogaram água em nossas cabeças, mas mesmo assim, voltamos ao mesmo acampamento, que já era conhecido como o “Abacatal”. Onde depois de acamparmos nas praças, foi nosso último acampamento antes de ocuparmos a terra da antiga fazenda. Lá, passamos vários dias conversando, organizando e resistindo. Depois, seguimos em frente, sempre unidos.”

Ao longo da minha vida, minha relação com a Igreja Católica foi se aprofundando, especialmente depois de um período intenso de viagens e trabalho no setor de registro humano. Hoje, sou ministro da palavra na Igreja Católica. Não é apenas levantar e pedir dez minutos, e o diácono recuar. Eu faço parte da delegação mensal, e o trabalho é realizado dentro da comunidade. Tive a oportunidade de morar em várias cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e também visitei alguns países. Em 1984 e 1993, fui para a Venezuela, mas antes disso, já tinha viajado bastante.

Quando cheguei à comunidade, estava tão imerso nas minhas atividades que não tinha tempo para a família, muito menos para a igreja. No entanto, com o passar dos anos, fui me dedicando mais à vida comunitária. A Igreja Católica sempre teve uma presença forte aqui, desde o início da comunidade, embora outras denominações, como a evangélica e a Universal, tenham tentado se firmar. No entanto, a Igreja Católica seguiu firme, e eu, desde o começo, participei ativamente da sua estruturação junto com os membros da comunidade. Há cerca de 15 ou 16 anos, passei a ser um membro mais ativo e dedicado. Hoje, com 63 anos de idade e atuando como agricultor, posso dizer que, no começo, a luta diária pela sobrevivência dificultava minha frequência à igreja, mas com o tempo, as coisas foram se organizando e, hoje, a igreja desempenha um papel fundamental aqui dentro da nossa comunidade. Sou um dos que fazem o trabalho católico junto à comunidade.

Pelo Sr. Aldevais Oliveira

Eu sou Aldevais, Domingo de Oliveira, sou paranaense, do estado do Paraná, mas vim para o norte. Eita! Olha aí! Cheguei aqui em Castanhal no ano em que o acampamento foi fundado, tanto aqui em Castanhal quanto lá em Ananindeua. Foi quando entrei no Movimento dos Sem Terra. Entrei no mês de julho, lembro como se fosse hoje: no dia 27 de julho, aconteceu uma das últimas reuniões antes da ação, e naquele dia, reunimos os dois acampamentos, lá em Ananindeua. No dia 27 de julho, uma das últimas reuniões aconteceu, e naquele dia, reunimos os dois acampamentos lá em Ananindeua. Foi quando entrei no Movimento Sem Terra, né? E, daí pra cá, foi a história que o João já contou. Isso não adianta repetir.

Eu morava em Santarém. Tenho 62 anos e minha vida toda fui criado na agricultura, lá no Paraná mesmo meus pais já eram agricultores. Chegamos aqui em Santarém em 1973. Aliás, eu nasci em 1972, e nós chegamos em Santarém em 1973. Eu tinha um ano de idade quando chegamos a Santarém. Olha, é... Quando eu tinha 28 anos, vim pra cá, pra Belém, Ananindeua.

Meus pais vieram naquela reforma que o governo federal fez, trazendo um monte de gente do sul para a Transamazônica, porque não queriam fazer a reforma agrária lá. Então, largaram as pessoas que sofreram. Sou descendente dessa turma. Eu estou até hoje

nessa luta, na agricultura, em torno da agricultura. Dá vontade de chorar quando a gente conta... Eu não presenciei muita coisa porque era criança, mas se eu contar a história a vocês, o que a gente passou lá na Transamazônica, essa história que nós vivemos aqui não tem comparação.

Não tem comparação porque, por exemplo, nós saímos em 1973 e chegamos aqui em Santarém num projeto de ilusão do INCRA. O INCRA juntou mais de 170 famílias no Paraná e nos trouxe pra cá, pra Transamazônica. Jogaram nós em Santarém. Viemos de avião e fomos jogados lá no aeroporto. Meus pais eram mineiros, já vinham de Minas Gerais para o Paraná, e do Paraná, nós viemos pra cá. Jogaram nós no aeroporto, botaram a gente dentro de um pau de arara e rumamos para o Rio Carapé Preto, na beira do rio Carapé Preto. Era um acampamento do oitavo IDEC, sabe?

Na época, lá tinha três funcionários do INCRA. Eles nos pegaram e jogaram lá dentro do acampamento. Meu pai era um senhor muito trabalhador, e a gente não tinha do que sobreviver. Quando jogaram a gente lá, nos deixaram caídos e disseram: “Se virem.” Os três funcionários do INCRA voltaram para Santarém, onde trabalhavam. Nós ficamos lá por uns três dias, até que vieram buscar meu pai para ir buscar uma cesta básica. Cinco quilos de arroz, uns quilos de feijão, umas

coisinhas e duas redes. Nós éramos oito irmãos, mais meu pai e minha mãe, dez pessoas no total. Deram duas redes pro meu pai, viu? E uma cesta básica que não devia ter nem 15 quilos de coisa.

Nos soltaram dentro da mata, sem nada. Mata virgem. Meu pai contava que ficamos lá nesse acampamento durante 45 dias, se virando e escapando. Tinha um acampamento, e lá a terra era muito boa. Jogaram sementes, e um trator abriu uma estrada de piçarra. Nasceu muita abóbora, e a família escapou da morte comendo abóbora. Eu pedia pra comer, mas não tinha nada. Sabe o que é abóbora com sal? Nós escapamos comendo abóbora.

No primeiro ano, a gente não tinha nada. Chegar dentro de uma mata, com bicho, pra dormir dentro de um barraco... Nós estávamos dentro do acampamento com a família. Quando o INCRA veio, entregou os terrenos pra cada um. Meu pai fez um barraco lá no meio da mata, e nós saímos do acampamento, sem nenhum descampado. Eu era o filho mais novo.

Meu pai era daqueles pais que a gente só dormia depois que ele contava uma história. Isso ficou gravado até hoje. Meu pai me contava essa história: “Vai dormir, pai fez um barraco, cercou, tá?” Por exemplo, hoje eu estou olhando pra essa lua ali, a lua clara...

Porque teve uma noite em que meu pai passou a noite todinha vigiando. Ele botou nós pra dormir dentro do barraco, e ele ficou na porta com uma foice. Meu pai passou muitas noites assim, acendendo um fogo na frente e vigiando a gente. Naquela luta.

Já no segundo ano, as coisas melhoraram. Fizemos roça, né? Mais a 140 quilômetros de Santarém, nós estávamos isolados. Em 1974, o ônibus passava uma vez por dia, chamado Transgaliana. Durante o primeiro ano, a gente plantava. Meu pai fez a roça, mas só podia vender o que colhia para ir pra cidade comprar as coisas. Em 1978, meu pai adoeceu. Ele veio pra Belém tratar, e ficou só minha mãe com nós lá. Meus quatro irmãos mais velhos eram de outra família. Nós somos duas famílias: oito irmãos, mas quatro de uma família e quatro de outra. Um irmão veio com meu pai pra Belém se tratar, porque ele estava muito doente e preocupado com a gente. Ele enfraqueceu a mente, né? E ficou mais de 90 dias aqui em Belém fazendo tratamento. Graças a Deus, ele melhorou e voltou pra lá em 1979.

Quando estávamos no Paraná, chegou um projeto parecido com o que está sendo implantado hoje, só que era pura propaganda. Chegaram lá com revistas mostrando coisas bonitas, querendo levar os agricultores para Santarém para fazer uma colonização na BR-316, perto de Cuiabá. O projeto prometia uma casa e uma

cesta básica de um salário mínimo durante três anos. A gente foi pra lá, mas nunca viu uma vaca, nunca viu um salário mínimo, e muito menos assistência de saúde. Mas, por milagre de Deus, a gente não morreu.

Nessa época, eu fui crescendo. Comecei a tocar minha vida com 14 anos de idade. Estudei até a quarta série. Completei meus estudos com 12 anos, mas só tinha escola até a quarta série onde a gente morava. Quem tinha condições mandava os filhos para Santarém para estudar, mas quem não tinha, ficava trabalhando.

Foi nesse tempo que formamos o acampamento. Naquele ano, eu decidi vir pra cá. Foi uma escolha minha. Eu estava cansado da vida que levava antes. A vida lá era muito sofrida. Aconteceram algumas coisas, mas, no geral, eu me cansei. Sempre fui uma pessoa com sonhos. Eu via meu pai lutando para criar a gente, enfrentando tantas dificuldades, e decidi que não queria isso para mim, nem para os meus filhos.

Sempre pensei em construir uma família com mais estabilidade. Eu queria um lugar para viver, trabalhar e criar meus filhos com dignidade. Hoje, tenho dois filhos e não queria que eles passassem pelo que eu passei. Meu irmão, João Amorim, mora aqui e me convidou para vir. No começo, fui para a casa dele. Ele até conseguiu um emprego para mim, trabalhei por trinta

dias como metalúrgico. Depois dos 30 dias, falei para ele: “Olha, dá esse emprego pra outra pessoa, porque eu quero outra coisa para mim.” Eu queria encontrar um jeito de ter algo próprio, construir minha vida de um jeito mais estável. Até porque eu não tenho uma profissão específica, então precisava buscar um caminho que realmente fizesse sentido para mim. Eu queria encontrar um caminho para mim, porque não tinha uma profissão definida. Trabalhar com metalurgia não era o que eu queria. Meu irmão me disse: “Olha, tem um movimento sem terra aqui.”

Eu já tinha ouvido falar e assistido algumas coisas sobre o MST, inclusive o documentário sobre o massacre de Eldorado. Aquilo me fez pensar: “Rapaz, vou entrar nessa. Vamos ver como é esse negócio de sem-terra.” Mexer com agricultura sempre foi algo que me interessou. Meu irmão me incentivou bastante. Ele dizia que o movimento era uma oportunidade. Então, comecei a participar das reuniões e conheci o Mazinho, que fazia um trabalho de base muito forte. Ele falava sobre a organicidade do MST, a importância das cooperativas, e explicava que o agricultor não comprava a terra, ele conquistava a terra. Mostrava o caminho, os procedimentos para isso.

Aquilo tudo foi me despertando. Até que um dia falei para o João: “Vou para o Movimento Sem Terra.” Ele,

como vereador do PT, apoiava muito o MST na época. Foi um dos que esteve junto com a gente desde o início. Na primeira reunião, lembro que falei pra ele: “Vou.” E assim que fundamos o acampamento, juntando dois acampamentos anteriores, botei um embornal nas costas e entrei de vez no movimento.

A história que o companheiro Lisboa acabou de contar faz parte disso tudo. Meu objetivo sempre foi conquistar um caminho sólido dentro do MST. Algo que o companheiro não mencionou é que, dentro dos acampamentos do movimento, tudo era muito organizado. Havia grupos, e cada um tinha seus coordenadores. Existiam coordenadores de disciplina, de saúde, de educação. Quando o setor de educação chegava nos acampamentos, já tínhamos planos e projetos estruturados, como a educação itinerante.

Quando nós chegávamos aos acampamentos, a realidade era dura. Havia crianças precisando de cuidados, problemas de saúde, e toda a estrutura ainda estava sendo construída. Mas seguimos organizando tudo. Criamos a educação itinerante. Lembro como se fosse hoje: juntamos os grupos e, ao todo, formamos 19 grupos. O acampamento *Anaíse Barros* se uniu com outro que já existia aqui na região, e também com o acampamento *Che Guevara*. Foi lá que consolidamos essa união, e o local ficava bem na beira da estrada.

Com essa estrutura, organizamos as coordenações e demos continuidade à luta. Fizemos caminhadas, passeatas e viemos para cá. No processo de transição, passamos da organização por grupos para a estrutura de núcleos, o que trouxe algumas mudanças importantes. Era preciso incluir mais coordenações, como a de produção, e isso levou à criação dos núcleos. Nos grupos, cabiam até 30 famílias, mas nos núcleos a organização era menor, mais próxima, geralmente com até 10 famílias. A ideia era que os núcleos reunissem famílias que tivessem maior afinidade entre si, facilitando o trabalho coletivo.

Naquela época usávamos lamparina, né? Curpeba, não sei se todo mundo conhece. Havia um coordenador, um delegado do sindicato lá de Santarém, que era muito ativo. Na época em que mataram o Avelino Ribeiro, ele era delegado do sindicato. Eu também trabalhava no sindicato naquela época. A gente sempre contribuiu com várias lutas, tentando ajudar a agricultura familiar. Então, fomos construindo uma história, que hoje trazemos para dentro do assentamento, depois que o grupo foi criado.

Com o tempo, os companheiros vão morrendo, né? Por exemplo, entramos aqui há 26 anos. Dentro desses 26 anos, já perdemos vários companheiros. Um deles foi o Roberto Remigi, um professor que contribuiu muito

com o Movimento Sem Terra. Ele ajudou a garantir nossa resistência aqui nessa terra. O Roberto Remigi, por exemplo, foi o responsável por trazer o projeto da Manitese, o primeiro projeto que entrou aqui pra garantir o sustento das famílias. Era uma ONG da Itália, que veio através do Roberto Remigi. Além disso, ele foi fundamental na área da educação, ajudando muito nesse sentido.

Falando dos coordenadores, o José Rufino dos Santos, o seu Rufino, foi um dos nossos coordenadores mais antigos e importantes. Ele era o coordenador mais velho da nossa luta. Nas reuniões da coordenação, ele sempre estava presente, firme e forte. Hoje, a gente traz essa história pra frente, sempre buscando preservar a memória desses lutadores. Dentro do assentamento, até no colégio, a gente tenta registrar essa história em livros, para que as pessoas saibam de fato o que aconteceu. Hoje o nosso posto de saúde é em homenagem a ele!

Quanto à nossa agrovila, ela foi criada aqui, e antes a gente morava lá no acampamento. Quando criaram a vila, as ruas receberam os nomes dos companheiros que lutaram conosco. A coordenação que administrava o acampamento decidiu homenagear esses nomes. Alguns a gente lembra, outros nem tanto, mas é importante preservar essa memória. Tem a praça central,

a igreja, e até um campo de vôlei, que são marcos da nossa comunidade.

Agora, deixo a palavra para o Igor, caso ele queira acrescentar algo. A minha cabeça já está cansada com tantas lembranças. Deixa só eu confirmar algo com o Lisboa...

Por Sr. Igor

Sobre minha função inicial no movimento, fui cadastrador. Mas o trabalho de base envolvia muito mais do que isso. Nosso papel era organizar, mobilizar, garantir que o movimento tivesse força. Na época, a comunicação era diferente. Usávamos rádio FM, a “frequência de massa”, que na verdade era a “fumaça”, como o pessoal chamava. Meu papel ia além do cadastramento dos acampamentos.

Com o tempo, passei a atuar em outras frentes, como na área de direitos humanos. Trabalhei com advogados, promotores e juízes. Enfrentei desafios, participei de discussões importantes e também estive envolvido no setor de gênero dentro do movimento por vários anos.

Ao longo dos anos, atuei em diversas frentes dentro do movimento. Trabalhei com o setor de gênero, discutindo questões sobre direitos de homens e mulheres, mas não me limitei a isso. Fiz um pouco de tudo. Nunca foi apenas uma questão de gênero.

Sou de Santarém e, ao longo do tempo, fui acompanhando a trajetória das famílias. Desde o início, quando fazíamos os cadastros, mantive esse levantamento na memória. De oitocentas famílias, restaram sessenta e três, depois trinta, agora quarenta e uma.

O que significa para mim, ver essa redução ao longo de vinte e seis anos?

Primeiramente, a luta pela terra nunca foi fácil. Resistir sempre teve seu preço. Muitos saíram por medo. Quando a repressão chegou, especialmente depois do que aconteceu em 1996 com o massacre de Eldorado de Carajás, o pavor de morrer fez com que várias famílias deixassem o movimento. Muitas dessas pessoas foram para outros acampamentos, tentando recomeçar em outro lugar.

Hoje, ao falar desses quarenta e um que permaneceram, sei que há uma variação nos números. Algumas pessoas dizem que há cinquenta e cinco, mas no meu levantamento, considerando aqueles que chegaram no dia quinze, são quarenta e um. Quem chegou depois, como no dia dezoito, não entra nessa contagem inicial. Minha referência, são aqueles que estavam lá desde o começo, enfrentando tudo.

É importante entender essa distinção. Muitas famílias chegaram depois, algumas semanas ou meses mais tarde. Algumas desistiram e deram lugar a outras. Além disso, há os filhos de assentados que hoje são reconhecidos como parte da comunidade, mas que, quando chegaram, ainda não tinham esse status.

O registro dessa história é fundamental. Se há alguma dúvida sobre os números, é porque os levantamentos variam conforme as fontes. Mas, no meu entendimento, quarenta e uma famílias permaneceram desde o início. Se precisar, posso passar meu contato para que possamos conferir esses dados e garantir que tudo fique devidamente documentado.

Por Jorge Oliveira

Sou Jorge Souza Domingo de Oliveira, sou paranaense, do estado do Paraná, mas vim para o norte. Eita! Olha aí! Cheguei aqui em Castanhal no ano em que o acampamento foi fundado, tanto aqui em Castanhal quanto lá em Ananindeua. Foi quando entrei no Movimento dos Sem Terra. Entrei no mês de julho, lembro como se fosse hoje: no dia 27 de julho, aconteceu uma das últimas reuniões antes da ação, e naquele dia, reunimos os dois acampamentos, lá em Ananindeua. Hoje há algumas divergências dentro da comunidade, mas isso faz parte do processo.

Por Sr. Igor, Sr. Aldevais, Sr. Jorge e Sr. Lisboa

“Às dez horas do dia 15 de novembro de 1998, às dez horas, começamos a organizar nossa saída, tentando despistar para evitar qualquer tipo de paralisação. Decidimos vir embora para fazer a ocupação da terra de uma forma que parecesse natural, para não sermos parados ou paralisados. Vinte e três ônibus. Entendeu? Todo tipo de veículo também estavam lá: caminhões, carros pequenos, tinha de tudo. Teve um cidadão chamado Sapo, o Zé Moreira, que veio para construir uma carroça e nos ajudar a transportar coisas de lá da estrada, da BR, até aqui. É uma história carregada de significado.

Então, em certo momento, chegamos aqui. Aquela palmeira marcou o local certinho. Igor lembra muito bem disso. Paramos lá e recebemos o Igor e o Betim. É bom lembrar, afinal, de Betim, porque às vezes as pessoas nem se lembram dessa história. Quando a gente fala de Raimundo Alberto Justino de Souza, ninguém sabe quem é. Alguns conseguem lembrar que esse é o nome do senhor Betim. O Raimundo Rufino de Souza! Ele já estava lá, pronto para produzir.

Agora, o Igor estava conosco. O Igor estava aqui com a gente, próximo à Prainha, que fica à beira do rio Nenga. Nós estávamos deste lado. O rio passa por aqui, então está bom. E assim ficamos acampados por dois

dias. Foi preciso ir com calma, porque o lugar era muito fechado e perigoso. Durante esses dois dias, não houve emboscadas contra nós. Estávamos lá com o Milton, um antigo amigo. Ele chamou para uma reunião de coordenação sobre a terra, dizendo que não ia mexer com nada, mas no mínimo queria uns quatro lotes para ele. Beleza, né? Fomos lá conversar.

Por sorte, nesse dia, tinha uma pessoa que nunca chegava atrasada, a Ivone. Ela percebeu que estávamos sendo emboscados. Quando chegamos lá, estávamos há cerca de dez minutos no local, e ele chegou com um grupo todo armado, metralhadoras e tudo, para nos intimidar ou até mesmo nos matar. Mas, graças à Ivone, que chamou reforços, quando chegamos aqui com 863 famílias, o pessoal tremeu. Eles não queriam conversar, não queriam negociar, só queriam nos emboscar. Graças a Deus, a Ivone nos ajudou nesse momento crucial. E ele estava lá, achando que era superior.

A coordenação e a militância perceberam que não dava para ficarmos ali, pois estávamos muito expostos. Expostos demais. Surgiu a ideia de mudar o acampamento para um local mais seguro, um campo melhor para montar outro acampamento. Já saímos daqui com tudo organizado. Havia um capinzal por perto, com capim mais alto do que a gente, e seguimos em frente. Não foi fácil, mas chegamos a um lugar que parecia

estratégico, perto de um rio onde dava para tomar banho e consumir água. E assim, descemos e montamos um novo acampamento, sempre cercados pela ameaça dos pistoleiros.

No final de semana, ele (um dos pistoleiros) disse que, se não recebesse pelo menos quatro lotes, todo dia um sem-terra seria ameaçado. “Ai, meu Deus!”, pensávamos. E aquilo chegou aos nossos ouvidos. Inclusive, um rapaz chamado Everton Massa, que estava com uma espuma amarela, foi emboscado, e quase foi morto a tiros. Naquele dia, nós nos inflamamos. Havia uma emboscada planejada, e eu me esqueci de mencionar que ele também estava no final dessa história. Então, nós dissemos: “Ou você entra, ou você sai agora. Ou você é intimidado.” Mas estávamos com um pai de família lá, com crianças. O que fazer? Machucar crianças? Não, claro que não. Decidimos liberar, mas no dia seguinte, a notícia já estava na página do jornal: “Sem-terras causam conflito, querem ocupar e expulsar.” Foi uma polêmica enorme. Mas, rapaz, nossa organização se manteve firme.

Havia um bocado de gado aqui dentro. “O que fazer com esse gado?”, perguntávamos. “Vamos cuidar dele. É nosso agora. Ninguém vai se meter.” Mas então apareceram os donos da massa, como o Paulo Costa e outros poderosos da região. Eles vieram com tudo, com

influência e força, mas nós estávamos prontos para resistir. Queríamos retirar o gado, mas disseram que a polícia poderia intervir. Pediram para que saíssemos, mas ainda faltava muito. Deram-nos um prazo: dois dias para retirar tudo. O que sobrasse, seria deles.

Nós estávamos atentos, mas sem margem para negociação. Mesmo assim, resistimos. Ficamos ali até o fim, mantendo nossa posição. Quando mencionaram que nossa situação era frágil, que seríamos expulsos como se fôssemos intrusos, isso só reforçou nossa determinação. No Bacuri, por exemplo, não houve resistência. Mas aqui, a história foi diferente. Lembro que, no dia anterior, o Igor esteve na escola e foi um momento incrível. Quando chegamos aqui, éramos vistos como marginais, como se fôssemos invasores escondidos na terra. Era esse o olhar sobre nós. Graças a Deus, conseguimos mudar isso.

O futebol teve um papel importante nesse processo. Foi por meio do futebol que começamos a criar laços, a nos integrar com as outras pessoas da região. Participávamos das festas, nos aproximamos dos moradores das comunidades do entorno e, aos poucos, deixamos de ser vistos como estranhos.

Lembro que, no passado, enquanto acompanhava um caso de direitos humanos no Rio de Janeiro, recebi uma ligação sobre a desapropriação da terra. Foi em 18

de dezembro de 2000. Naquela época, ainda estávamos organizando a ocupação. A desapropriação aconteceu um mês e três dias depois, mas a luta continuou.

Depois veio a batalha pelos créditos, pelo direito à terra de forma oficial. Não bastava ocupar, era preciso garantir que o processo fosse reconhecido legalmente. Foram muitas caminhadas, idas e vindas, e nada disso foi fácil. Hoje (14 nov. 2024), comemoramos 26 anos, mas quem viveu esse período sabe que o caminho não foi um mar de rosas. As dificuldades foram muitas. Houve momentos em que quase desistimos, mas seguimos adiante. Depois, vieram os créditos, os apoios para habitação, infraestrutura, energia. Algumas demandas foram atendidas, outras ainda não.

Sobre a Agrovila

Aqui, temos o Barracão Comunitário. A dona Áurea vai entrar na área, e essa rua fica logo atrás da igreja. Olha, aqui também temos outra rua, e ainda tem as que ficam mais atrás. Além disso, tem a escola por aqui, onde funcionam várias atividades.

Essa rua se chama Rua da Escola. Do João Félix, não sei exatamente, mas ele morava aqui. Eu morava na Rua Augusto César Sandino, que é próxima de onde a dona Áurea mora.

Sobre Augusto César Sandino, não lembro de todos os detalhes, mas ele foi uma pessoa muito importante na luta popular, embora eu não saiba de qual estado ele veio. O que sei é que ele contribuiu muito para os movimentos de massa e para a organização popular.

Falando sobre outras ruas, temos a Rosa Luxemburgo. Conhece a história de Rosa Luxemburgo? E quanto às outras ruas, não lembro muito bem, mas lembro da Rua Rosa Luxemburgo porque eu morava lá. Essa é a primeira rua que se chega a partir daqui, e depois, mais à frente, temos a Rua Olga Benário.

A rua que passa no centro do colégio é a Olga Benário. Depois, temos a rua Gonzaga, e a rua que passa mais para cá também é a Olga Benário. Essa é a segunda rua, a famosa Quinze de Novembro, e logo após ela vem a rua João Maria, que dá na praça.

Temos também algumas ruas e travessas que são importantes para a organização, aqui. Por exemplo, a Olga Benário, que fica mais atrás. A primeira rua que você chega por aqui é a Olga Benário, seguida pela João Maria. Depois vem a Eduardo Angelim, e logo após, a Augusto César Sandino.

Minha casa fica nessa quadra aqui, em frente à casa da dona Áurea. Para organizar melhor, temos dez lotes que ficam marcados na rua.

Agora, se formos falar das outras ruas, temos a da Caixa d'Água, e depois a que passa em frente a ela. Tem também a rua do Gonzaga e algumas outras mais. A rua que passa na lateral do colégio também é importante, é a última rua dessa área, é a Luís Carlos Prestes.

Agora, para organizar as ruas de acordo com as travessas, temos a Quinze de Novembro, que é a segunda. Depois, vem a Eduardo Angelim, a Augusto César Sandino e, por fim, a Luís Carlos Prestes. As outras ruas que cortam essas, como a de Chico Mendes e Zumbi dos Palmares, também fazem parte da nossa organização.

E por fim, temos a Rosa Luxemburgo, que é uma das últimas, e a última rua que passa na frente da escola.

Quando alguém importante falecia, como o Zé Rufino, por exemplo, o nome dele era colocado no posto de saúde, como uma forma de honrar sua contribuição.

O primeiro local onde colocaram o nome dele foi numa casa lá embaixo, perto de um médico, onde ele esteve. Quando o posto foi reconstruído, a ideia era transferir o nome dele, já que a história que ele carregava estava relacionada ao local antigo.



O ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II E A PESQUISA CIENTÍFICA

Por

Fábio Fonseca de Castro

Marina Ramos Neves de Castro

O Assentamento João Batista II tem sido um campo para diversas observações científicas. Trabalhos de pesquisa realizados nele abrangem temas como a reprodução camponesa e as estratégias organizativas no campo, explorando as formas de resistência e desenvolvimento agrário (GUILHERME JUNIOR, 2013; SANTANA *et al.*, 2013). No campos da agroecologia, destaca-se a busca por práticas sustentáveis e alternativas de produção que valorizem a conservação ambiental e a autonomia dos assentados (CRUZ *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2021). A educação no campo, com ênfase em processos formativos e conquistas educacionais, também tem sido discutida, especialmente numa perspectiva interseccional, sob a ótica das mulheres e jovens do assentamento (PAIXÃO *et al.*, 2017; NASCIMENTO *et al.*, 2017).

Outro campo de interesse, na observação do assentamento, tem sido a sua dinâmica de territorialização, especialmente no contexto do desenvolvimento rural, onde pesquisadores analisam os desafios enfrentados pelos moradores

na busca por infraestrutura e serviços essenciais (MIRANDA ROCHA; NETO, 2018). Esses estudos, somados a análises sobre identidade camponesa, inovação tecnológica e a importância da extensão universitária no desenvolvimento rural, mostram o valor do Assentamento João Batista II como uma referência em pesquisa aplicada nas ciências sociais, agrárias e educacionais.

O SISA no Assentamento João Batista II

Bom, este livro resulta, dialogicamente, de encontros. A voz dos pesquisadores silencia diante da vontade de dizer dos interlocutores. Mas não silencia de todo: faz coro, busca falar junto com eles. Busca escutar, ouvir, estar junto no momento da interlocução, e, assim, apoiá-los. Mais do que isso: indaga, tenta entender, compreender e interpretar. E, ainda mais, busca conversar, trocar, compartilhar.

Nós, Marina e Fábio, professores da UFPA, esperamos ter acolhido aqui, um pouco das

vozes que encontramos nestes três anos de encontros com a boa gente do Assentamento João Batista II.

Não apenas tivemos quatro bolsistas de Iniciação Científica de Ensino Médio lá, todos do Assentamento, como também levamos uma turma de graduação, em Jornalismo, da UFPA, para conhecer a realidade local. Também estiveram presentes o Christian, nosso orientando de mestrado, e o William, de doutorado, ambos do PPGCOM.



Figura 1: Docentes, discentes e técnicos da UFPA e Assentados na visita feita ao Assentamento.

Fonte: SISA, por Edimilson Maia, em 7 jun. 2023.

Descrição da foto acima: Registro feito em 20 de junho de 2023, durante uma aula de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pará. Acompanhados pelos professores Marina Castro e Fábio Castro, e pelos estagiários de docência William Costa e Christian Maciel, os alunos participaram de uma viagem de dois dias ao assentamento. Lá, tiveram a oportunidade de observar as práticas agrícolas, ouvir histórias locais e aprender mais sobre o Movimento Sem Terra. Como resultado, produziram fotografias, textos e um documentário, disponível no *YouTube*, no canal Sisa UFPA.



Figuras 2: Seu Cristiano, conhecido como Seu Batata, em seu lote de plantação de mandioca.

Fonte: SISA, por Christian Maciel Reis, em 7 Jun 2023.

“A minha trajetória aqui foi muito sofrida. Morávamos em barracos de palha, sem energia, e a água era puxada do poço. Tínhamos que pescar para sobreviver, pois o governo não nos olhava com bons olhos. Mas, com o tempo, as coisas foram melhorando. Com muita luta e sacrifício vencemos e, hoje, tenho orgulho de onde vivo” (Seu Batata, em 02 junho 2023)



Figuras 3: Dona Maria de Fátima

Fonte: Jheniffer Naiara, em 2 dez. 2023.

“Passávamos muita necessidade, só não passávamos fome porque as pessoas pescavam, tiravam açaí e umas ajudavam as outras. Com muito sofrimento, conseguimos projetos para as casas, energia, ruas, entre outros. Fomos conquistando melhorias passo a passo.” (Dona Maria de Fátima, 02 jun. 2024)



Figura 4: criação de porcos da sra. e sr. Marília Rosenda e Francisco das chagas, os pais de Joice Kelly.

Fonte: SISA, Por Nina Dacier Lobato, em 6 jun. 2023.



Figura 5 e 6: produção de frangos e ovos de dona Arlene.

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 6 jun. 2023.



Figura 7: Entrevista com a Dona Maria Doraci Costa

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 07 jun 2023.



Figura 8: Entrevista com Hélio Maia.

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 07 jun 2023.



Figura 9: William, Adria e Ronald

Fonte: SISA, por Ronald Silva, em 07. jun. 2023



Figura 10: Noite de festa em comemoração do 26º aniversário do Assentamento JBII

Fonte: SISA, por Marina Castro, em 16 nov. 2024



Figura 11: Professora Paula, Maria (Coordenadora da Comunicação do JBII) e Marina

Fonte: SISA, por Ronald Silva, em 07 jun. 2023

*As músicas cantadas
no Assentamento no
dia 15 de novembro,
na Alvorada!*

Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ademar Bogo

*Vêm, façamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sobre a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra com irmãos!*

**R: Vem, lutemos punhos erguidos
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular**

*Braço Erguido, ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos está pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!*

R: Vem, lutemos punhos erguidos...

Nossas firças resgatadas pela chama
De esperança no triunfo que virar
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre operária camponesa
Nossa estrela trinfara!

R: vem, lutemos punhos erguidos...

1. JUVENTUDE

(Curso de arte do PI)

*A juventude e a semente que renasce
Unindo força com o povo lutador
Fazendo estudo cuidando da natureza
E com orgulho que lutamos com amor
Você aí não fique parado
Vamos adiante pegue flores e canções
Ó juventude que ousa lutar
Constrói o poder popular.*

2. SEU MANELINHO

Autor desconhecido

*Seu manelinho quando veio do Pará
Seu manelinho quando veio do Pará
Carregadinho de peixinhos mampará
Carregadinho de peixinhos mampará
Ele brinca que fica xirado
Cai em baixo meu bem, bem em baixo
Cá em cima meu bem, bem em cima.
Ai doutor, ai douto... Seu Manel já chegou do Pará
Seu manelinho quando veio de Teté
Seu manelinho quando veio de Teté
Carregadinho de farinha e café
Carregadinho de farinha e café
Ele brinca que fica xirado
Carrega embaixo meu bem, bem embaixo
Carrega em cima meu bem, bem em cima.
Ai doutor, ai doutor... Seu manel já chegou de Teté.*

3. FULÓ

CASA DE FARINHA

*"Tá caindo fuló, é, ta caindo fuló
Tá caindo fuló, é, tá caindo fuló
Lá do céu cá na terra, é ta caindo fuló"*

4. LUTA DO POVO

*Essa luta é nossa essa luta é do povo
é só lutando que se faz brasil novo*

*São 500 anos de miséria, exploração
e o nosso povo sem saúde educação*

*Essa luta é nossa essa luta é do povo
é só lutando que se faz brasil novo*

*Quem trabalha tanto e não tem o que comer
esse é o projeto de quem está no poder.*

5.OPINIÃO

Zé Ketí

*Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio não,
daqui do morro eu não saio não.*

*Se não tem água, eu furo um poço
Se não tem carne, eu compro um osso
e ponho na sopa.
E deixo andar, deixo andar*

*Fale de mim quem quiser falar
Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã, seu doutor
Estou pertinho do céu*

*Podem me prender, podem me bater
Podem até deixar-me sem comer
Que eu não mudo de opinião
Daqui do morro eu não saio não,
daqui do morro eu não saio não.*

*Podem me prender, podem me bater
que eu não mudo de opinião,
que eu não mudo de opinião*

6.NEGO NAGÔ

Pastoral da Juventude

*Eu vou pegar minha viola
Eu sou um nego cantador
O nego canta deita e rola
Lá na senzala do senhor*

*Dança aí, nego nagô(4x)
Tem que acabar com essa historia
De nego ser inferior
O nego é gente e quer escola
Quer dançar sambar e ser doutor*

*Dança aí, nego nagô(4x)
O nego mora em palafitas
Não é culpa dele, não senhor
A culpa é da abolição
Que veio e não libertou*

*Dança aí, nego nagô(4x)
Vou botar fogo no engenho
Onde o nego apanhou
O nego é gente como outro
Quer ter carinho e quer amor...
Dança aí, nego nagô(4x)*

7.SAMBA DA UTOPIA

Jonathan Silva

*Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra **poesia**
Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra **sabedoria**
Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra **rebeldia**
Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra **teimosia**
Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra **utopia***

8. AROEIRA

Geraldo Vandré

*Vim de longe, vou mais longe
Quem tem fé vai me esperar
Escrevendo numa conta
Pra junto a gente cobrar
No dia que já vem vindo
Que esse mundo vai virar 2x*

*Noite e dia vêm de longe
Branco e preto a trabalhar
E o dono senhor de tudo
Sentado, mandando dar
E a gente fazendo conta
Pro dia que vai chegar 2x*

*Marinheiro, marinheiro
Quero ver você no mar
Eu também sou marinheiro
Eu também sei governar
Madeira de dar em doido
Vai descer até quebrar
É a volta do cipó da aroeira
No lombo de quem mandou dar 3x*

9. AINDA CABE SONHAR

Da cantata "Um bastidor de utopias"

*Bordar, num pano de linho
Um poema tambor que desperte o vizinho
Pintar, no asfalto e no rosto
Um poema alvoroço que adormeça a cidade
Dançar com tamancos na praça
Cantar, por que um grito já não basta
Esfarrapados, banguelas e
Meninos de rua, poetas , babás
Vistam seus trapos, abram os teatros
É hora de começar
Alerta, desperta, ainda cabe sonhar
Alerta, desperta, ainda cabe sonhar.*

10.FLORIÔ

Zé Pinto

*Arroz deu cacho e o feijão floriô,
Milho na palha coração cheio de amor
Povo sem terra faz a guerra por justiça
Visto que não tem preguiça este povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de enxada
Pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.*

*R: arroz deu cacho e o feijão floriô,
Milho na palha coração cheio de amor
Com sacrifício de baixo da lona preta
Inimigo fez careta mas o povo atravessou
Rompendo cerca que cerca a filosofia
De ter paz e harmonia para quem planta o amor*

*R: arroz deu cacho e o feijão floriô,
Milho na palha coração cheio de amor
Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
Por que a luta não
Para quando se conquista o chão
Fazendo estudo, junto com a companheirada
Criando cooperativa para avançar a produção.*

11. CARNE MAIS BARATA

Elza Soares

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 Que vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço
 O cabra aqui não se sente revoltado
 Por que o revólver já está engatilhado
 E o vingador é lento
 Mas muito bem intencionado
 E esse país
 Vai deixando todo mundo preto*

*E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar pro justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, grigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra*

12. MARIA DA VILA MATILDE

Elza Soares

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar*

*Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular , você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim
Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço*

*E joga água fervendo
Se você se aventurar*

*Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular , você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim*

*E quando o samango chegar
Eu mostro o roxo no meu braço
Entrego teu baralho
Teu bloco de pule
Teu dado chumbado
Ponho água no bule
Passo e odereço um cafezim
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim*

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E joga água fervendo
Se você se aventurar*

*Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular , você correr
Na frente dos vizinhos*

*Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim
E quando tua mãe ligar
Eu capricho no esculacho
Digo que é mimado
Que é cheio de denço
Mal acostumado
Tem nada no quengo
Delta, vira e dorme rapidinho
Você vai se arrepender de
levantar a mão pra mim*

*Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim*

*Mão cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim?
Pra cima de moi? Jamé, mané!
Cê vai se arrepender de
levantar a mão pra mim*

13. DA LAMA AO CAOS

Chico Science

*Posso sair daqui pra me organizar (2x)
Posso sair daqui pra desorganizar*

*Da lama ao caos, do caos a lama (2x)
o homem roubado nunca se engana*

*O sol queimou, queimou a lama do rio
Eu vi um chié andando devagar
E um aratú pra lá e pra cá
E um caranguejo andando pro sul
Saiu do mangue e virou gabiru*

*O Josué eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei um balaio fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma véia e pegou a minha cenoura
"Aê minha véia deixa a cenoura aqui
Com a barriga vazia eu não consigo dormir"
E com o bucho cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me desorganizando posso me organizar*

*Da lama ao caos, do caos a lama (2x)
o homem roubado nunca se engana*

14. DONA MARIQUINHA

*Boa noite Boa noite
Foi agora que eu cheguei
Fui chegando e fui cantando
Se é do seu gosto eu não sei*

*Dona Mariquinha da feijão miudinha
Seu Manoel da fuló do limão
Dona Mariquinha da feijão miudinha
Seu Manoel da fuló do limão*

*Seca seca Zumburana
Intertece os alecrim
Você está de amor novo
Nem se lembra mais de mim*

*Dona Mariquinha da feijão miudinha
Seu Manoel da fuló do limão
Dona Mariquinha da feijão miudinha
Seu Manoel da fuló do limão
Oi pisa miudinho
Miudinho muidinho
Miudinho muidinho*

Figura 1: Dona Arlene arrumando os ovos para a venda no mercado de Castanhal

Figura 2: Hortado sr. Hélio

Figura 3: Seu Cristiano (seu Batata) explicando sobre o plantio de mandioca no seu lote agrícola.

Fonte: SISA, por Ana Vitória, em 07 jun. 2023



**REFERÊNCIAS SOBRE
O ASSENTAMENTO
JOÃO BATISTA II**

Referências

ARAÚJO, Aline Lopes et al. A formação da identidade camponesa: um olhar a partir da prática docente na escola Roberto Remigi, Assentamento João Batista II. 2017.

ARAÚJO, Soraya Maria M. Formas de organização da produção apoiadas pelo MST: Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará. 2005.

BASTOS, Jorge Coutinho. A práxis político-pedagógica na educação de jovens e adultos (EJA): um estudo de caso no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), na Escola Roberto Remigi, no Assentamento João Batista II-Castanhal/Pa. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Évora, Évora, 2011.

BARRETO, Alessandra Amâncio et al. A mulher trabalhadora rural do Assentamento de Reforma Agrária João Batista II, em Castanhal – PA. 2012.

CRUZ, Beatriz da Luz et al. Construindo conhecimento agroecológico: experiência do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO), no Projeto de Assentamento PA João Batista II, no município de Castanhal – Pará. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

DE FRANÇA, Pablo Radamés Cabral et al. Conscientização da importância da conservação de sementes crioulas no Assentamento João Batista II. Cadernos de Agroecologia, v. 18, n. 1, 2023.

DE LIMA, Adriane Raquel Santana. Cartografia de saberes nas práticas educativas cotidianas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Amazônia Paraense.

DE MIRANDA ROCHA, Gilberto; NETO, Adolfo Oliveira. Desafios para o desenvolvimento territorial rural no assentamento João Batista II, Castanhal, Pará. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 13, n. 31, p. 114-144, 2018.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio. Reprodução camponesa em área de assentamento na Amazônia: um estudo no Assentamento

João Batista II, Castanhal - Pará. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

MORAES, Giovanni; DE CARVALHO, Soraya Abreu; PENICHE, Rafael. Diálogo construtivo: a importância da extensão universitária na gestão das pastagens do assentamento João Batista II, no município de Castanhal/PA. *Cadernos de Agroecologia*, v. 18, n. 1, 2023.

NASCIMENTO, Tábita Cristina Modesto et al. O tempo livre e a produção da existência da juventude do campo: um estudo com jovens estudantes do Assentamento João Batista II-PA. 2017.

PAIXÃO, Inara Maria Monteiro da et al. Campo em movimento: as conquistas educacionais do assentamento João Batista II sob a ótica das mulheres. 2017.

SANTANA, Midiã Olivia Bentes et al. O processo organizativo do MST através dos núcleos de base: a experiência do Assentamento João Batista II-Castanhal/PA. 2013.

SANTOS, Livia Silva; DE SOUZA, Leonardo Figueiredo; DA SILVA COSTA, Gilson. Agroecologia como alternativa de produção no campo: um estudo de caso no assentamento João Batista II, em Castanhal-PA. *Revista ELO–Diálogos em Extensão*, v. 10, 2021.

SILVA, Luis Mauro Santos; DE ASSIS, William Santos; GONZAGA, Noel Bastos. Agricultura familiar e estratégias de inovações tecnológicas na Amazônia paraense: caminhos para a construção de conhecimentos agroecológicos. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.



BRASILEIRO
ACESSÍVEL

Fashion
Blogger



Figura 1 : Recepção da turma Estudo de Temas Contemporâneos (FACOM - UFPA) na Escola Roberto Remigi no Assentamento João Batista II.

Fonte: Maycon Cantanhede, discente da Facom, em 6 junho 2023.



PAZ É FRUTO
DA JUSTIÇA



Texto, como se verá, foi escrito coletivamente, por mãos que lidam na terra e por mãos que lidam com a pesquisa de campo. Em termos hábeis, tudo é terra e tudo é campo. Essas mãos que o escrevem são, sobretudo, das pessoas que vivenciam e experienciam o Assentamento João Batista II, conformando uma polifonia complexa e interseccional. O sentimento de dignidade e orgulho, em relação à história de lutas e conquistas coletivas, por exemplo, conforma uma lógica narrativa que é sem parâmetros para o convencional distanciamento da prosódia e do ethos narrador do texto acadêmico. Isso porque este livro não pretende se constituir como resultado de pesquisa científica, mas, sim, como resultado do diálogo entre alteridades e entre experiências concomitantes de extensão, ensino e pesquisa.

